

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros: O papel de variáveis individuais, da relação família-jovem acolhido e do acolhimento

Ana Cristina da Rocha Reis

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Alexandre, Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2011



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros: O papel de variáveis individuais, da relação família-jovem acolhido e do acolhimento

Ana Cristina da Rocha Reis

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Alexandre, Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2011

Dedico este trabalho primeiramente ao Universo, pela saúde, amor, fé e perseverança que tem-me concedido.

A ti, Nuno e aos meus amigos, pela compreensão, paciência e amizade, fiéis companheiros na hora da adversidade.

À minha família pelo amor incondicional de que sou inundada a toda a hora, sobretudo ao meu amado sobrinho, que tanta vez me fez sorrir no meio das minhas angústias e aos meus pais, João e Elisabete, por terem-me lançado este desafio, por terem acreditado em mim, pelo reconhecimento da minha profissão e por me terem educado com princípios morais e sociais que fizeram de mim o que sou hoje.

Por fim, à minha professora orientadora, Dra. Joana Alexandre, pela sabedoria e dedicação com a qual supervisionou os meus passos, pela sua sensibilidade, dedicação e paciência. Sem si, nada disto tinha sido conquistado.

Resumo

A presente investigação visa 1) analisar as percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros, e o papel de variáveis individuais (género, tempo de acolhimento e história de acolhimentos anteriores), da relação família-jovem acolhido (contacto e tipo de relação existente) e relacionadas com os Lares de Infância e Juventude (LIJ) (dimensão e acolhimento face ao género). Complementarmente, pretende-se 2) averiguar as atitudes dos técnicos das instituições acerca da pertinência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens em acolhimento residencial, bem como as suas percepções sobre os potenciais efeitos de tais programas. Para dar resposta a estas questões, foi realizado um estudo com 161 jovens acolhidos em 24 LIJ do Distrito de Lisboa, no qual se mediram as suas percepções parentais futuras através de um questionário desenvolvido para o efeito.

Os resultados sugerem que quanto maior for o tempo de acolhimento, mais os jovens tendem a perceber um estilo parental autoritativo futuro. Também, são os jovens (do sexo masculino e do sexo feminino) que não possuem história de acolhimento anterior, e os jovens do sexo masculino que têm suporte familiar irregular com a família de origem que escolhem mais este estilo parental. Por seu lado, são os jovens com suporte e contacto familiar regular (fins-de-semana e férias) que escolhem mais um estilo parental permissivo (futuro). Ainda, são os jovens que residem em LIJ de grande dimensão e os que residem em LIJ que acolhem apenas jovens do sexo masculino (vs mistos) aqueles que dizem escolher mais um estilo autoritário futuro.

No que diz respeito ao objectivo 2, os resultados indicam que a maioria dos técnicos considera muito pertinente a possibilidade de existência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens em acolhimento residencial, uma vez que consideram que estes permitiriam uma melhor compreensão dos jovens sobre as consequências da parentalidade, mais informação sobre os estilos parentais existentes e que podem evitar a perpetuação de estilos parentais vivenciados. Os resultados serão analisados e discutidos à luz das abordagens teóricas sobre os estilos parentais e o acolhimento residencial.

Palavras-chave: Estilos Parentais, Acolhimento Residencial, Programas de Competência Parental

Percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros

Códigos e categorias da classificação da APA: 3373 Community & Social Services e 2956
Childrearing & Child Care

Abstract

This research aims to 1) analyze the perceptions of young people in residential care about their future parenting styles and the role of individual variables (gender, time of institutionalization and history of previous institutionalization), the young people-family relation variables (contact and type of relationship) and variables related to the children/youth residential care (in relation to residential care size and gender accepted). In addition, we intend to 2) ascertain the attitudes of technical institutions about the relevance of a preparation for future parenthood program for young people in residential care, as well as their perceptions of the potential effects of such programs. To address these issues, a study was conducted with 161 young people accommodated in 24 children and youth residential care of the Lisbon`s District, which measured their future parental perceptions using a questionnaire developed for this purpose.

The results suggest that the greater the institutionalization time is, most young people tend to perceive an authoritative parenting future style. Also, young people (male and female) who have no history of previous institutionalization, and young men who have irregular family support, choose this parenting style more often. On the other hand, the young people with support and regular family contact (weekends and holidays) choose a more permissive parenting style (future). Yet, the young people who reside in larger residential care, and residential care wich host only young males (vs. mixed) choose a more authoritarian future style.

With regard to the second objective, the results indicate that most experts consider very pertinent the existence of a future parenthood preparation program for young people in residential care, since they consider that this programs will allow a better understanding of young people on the consequences of parenting, more information on the existing parenting styles and may prevent the perpetuation of experienced parenting styles. The results will be analyzed and discussed in light of the theoretical approaches on parenting styles and residential care.

Keywords: Parenting Styles, Residential Care, Parental Competency Programs

Índice Geral

Introdução	01
I. Enquadramento Teórico	04
1. Estilos e práticas parentais: definições e distinções conceptuais.....	04
1.1. Baldwin: estilos democrático-recíproco e autoritário.....	05
1.2. Nova definição de estilo parental: proposta de Darling e Steinberg.....	05
1.3. Modelo teórico de Diana Baumrind.....	06
1.4. Contributo de Maccoby e Martin para o modelo de Diana Baumrind.....	08
1.5. O impacto dos estilos parentais no desenvolvimento da criança.....	09
1.6. Género e estilos parentais.....	10
2. Acolhimento de menores em instituição: breve resenha histórica.....	11
2.1. O Acolhimento residencial e a sua vertente psicossocial.....	13
2.2. Qualidade do acolhimento residencial.....	15
2.3. Motivos associados ao acolhimento residencial.....	16
2.4. Acolhimento e contacto com a família de origem para o bem-estar da criança/jovem.....	19
2.4.1. A transmissão intergeracional dos estilos parentais.....	20
2.4.2. Competências parentais e bem-estar da criança/jovem.....	21
3. Objectivos da Pesquisa.....	23
II. Método	24
2.1. Participantes.....	24
2.2. Procedimento.....	27
2.3. Instrumentos.....	28
III. Resultados	31
3.1. O papel do género na percepção do estilo parental futuro.....	31
3.2. Efeito do tempo de acolhimento e do género na percepção do estilo parental futuro.....	32
3.3. Efeito da história de acolhimentos anteriores e do género na percepção do estilo parental futuro.....	32
3.4. Efeito do contacto estabelecido com a família de origem e do género na percepção do estilo parental futuro.....	33

3.5. Efeito do tipo de relação mantido com a família de origem e do gênero na percepção do estilo parental futuro.....	34
3.6. Efeito da dimensão dos LIJ na percepção do estilo parental futuro.....	34
3.7. Efeito do acolhimento face ao gênero na percepção do estilo parental futuro.....	35
3.8. Atitude dos técnicos relativamente à pertinência da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade para os jovens em acolhimento residencial.....	36
3.9. Efeitos da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade para os jovens em acolhimento residencial.....	36
IV. Discussão.....	38
V. Conclusões.....	41
Fontes.....	43
Referências.....	44
Anexos.....	52

Índice de Figuras

Figura 1. Tipo de relação com a família de origem	25
Figura 2. Dimensão dos LIJ	26
Figura 3. Percepção sobre o estilo parental em função do género e do tipo de relação mantida com a família de origem.....	33
Figura 4. Estilo parental autoritário (futuro) em função do acolhimento face ao género.....	35
Figura 5. Pertinência de um programa de competências parentais futuras.....	36

Índice de Quadros

Quadro 1. Percentagem de jovens que foram acolhidos com base em diferentes motivos.....	54
Quadro 2. Média e desvios-padrão dos estilos parentais futuros por género.....	31
Quadro 3. Percepção dos estilos parentais futuros de jovens acolhidos de ambos os sexos em função do tempo de acolhimento.....	32
Quadro 4. Médias e desvio-padrão do estilo parental permissivo dos jovens que passam férias e fins-de-semana com as famílias.....	34
Quadro 5. Média e desvios-padrão do estilo parental futuro em função da dimensão dos LIJ.....	35
Quadro 6. Média e desvios-padrão da percepção dos técnicos acerca de um programa de competências parentais destinadas aos jovens em acolhimento residencial.....	37

Glossário de Siglas

ISS	-	Instituto da Segurança Social
LIJ	-	Lar de Infância e Juventude
QPEPF	-	Questionário de Percepções de Estilos Parentais Futuros
QDEP	-	Questionário de Dimensões e Estilos Parentais
SPSS	-	Statistical Pacage for Social Sciences
VD	-	Variável Dependente

Introdução

No processo de formação de qualquer ser humano é fundamental a relação familiar existente (Brandenburg, Stasiack, & Weber, 2003) havendo, ao longo das últimas décadas, um crescente interesse por parte dos investigadores em compreender o impacto que as relações familiares têm na construção da identidade e no desenvolvimento psicológico, motor, cognitivo e social das crianças e nas consequências que possam daí resultar (e.g., Barker, Nascimento, & Segundo, 2008; Campos, 2005; Carvalho, 2007; Gleitman, 1993).

Neste sentido, a qualidade do desempenho da função parental traz, inevitavelmente, efeitos positivos e facilitadores ou negativos e constrangedores, para a criança e seu desenvolvimento (Antunes, 2005), entendendo Cruz (2005, citado por Baião, 2008) por parentalidade o

conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade (p. 7).

No âmbito da qualidade do desempenho das funções de parentalidade, surge o interesse de vários investigadores no tema dos estilos parentais, i.e., nos contextos dentro dos quais os pais/cuidadores procuram socializar os filhos de acordo com as suas crenças e valores, influenciando-os através das suas atitudes, práticas e expressões não-verbais (Darling & Steinberg, 1993) e, também, na sua eficácia em termos do desenvolvimento da criança/jovem (Canavarro, 1999), tendo em conta que o desenvolvimento pode ser considerado como resultado de um processo ininterrupto de interacção dinâmica entre a pessoa e os contextos em que se encontra inserida (Lerner, Schulenberg e Vondraceck, 1983, citados por Carvalho, 2007).

Neste contexto, estilos parentais desadequados, caracterizados por uma inexistência de afecto e presença de rejeição, podem determinar consequências negativas para o desenvolvimento psicossocial da criança/jovem, e.g., problemas de comportamento, abuso de substâncias, baixo rendimento escolar, baixa auto-estima e problemas ao nível do estabelecimento de relações interpessoais. A adopção de um estilo parental desajustado pode, assim, provocar a privação de cuidados parentais e accionar outros distúrbios relacionados com a vinculação entre criança e cuidador, sendo esta considerada a primeira ligação humana e a base de todas as relações posteriores com os outros (e.g., Bronfenbrenner, 1979; Ceconello, De Antoni, & Koller, 2003; Gleitman, 1993). De facto, no âmbito das relações

humanas, este conceito é de grande importância, sendo um dos primeiros psicanalistas a abordar este conceito Bowlby, nos anos 30, que ao estar atento aos efeitos da privação de cuidados em crianças acolhidas em instituição, teoriza que as trajetórias desfavoráveis estariam relacionadas com a inexistência precoce de cuidados maternos, referindo, igualmente, que estas crianças encontravam-se impossibilitadas de dirigir o seu comportamento a uma figura adulta específica que respondesse às suas solicitações e fosse capaz de suprimir as suas necessidades de afecto, apoio e conforto (Bowlby, 1993a;1993b; ver também, Browne, Hamilton, & Johnson, 2006).

Contudo, apesar do crescente aumento de instituições e a consequente proliferação de estudos nacionais e internacionais focalizados nesta temática estarem a enfatizar o efeito negativo das experiências de privação e dos cuidados institucionais no desenvolvimento da criança, reforçando as consequências ao nível das perturbações de vinculação, do crescimento físico, da atrofia neuronal e do desenvolvimento cognitivo e sócio-comportamental (e.g., Browne et al., 2006; Ferreira & Pinho, 2009; BEIP Core Group et al, 2007), a alternativa de acolhimento residencial surge como forma de proteger de crianças ou jovens que se encontram em situação de risco e necessitem de um ambiente defensor e normalizador. Em Portugal, segundo o relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento, em 2009 (Instituto da Solidariedade Social (ISS), 2010a) estavam 9,563 crianças e jovens a residir em Instituições de Acolhimento, entre os 0 e os 21 anos de idade. Cerca de 67% dessas crianças e jovens estavam em Lar de Infância e Juventude (LIJ), mais concretamente 6,395 crianças e jovens.

Conforme o referido em vários estudos (e.g., Brannan, Gallagher, Jones, & Westwood, 2004; Martins, 2005; National Centre for Excellence in Residential Child Care, 2008), este acolhimento deve ser entendido numa perspectiva ecológica, tendo em consideração todas as áreas compreendidas no seu contexto, tais como a qualidade das infra-estruturas (dimensão, i.e., tamanho, da residência), qualidade do serviço prestado pelos cuidadores (funcionários da instituição) e, entre outros, o trabalho com a família de origem, com o objectivo de restabelecer laços afectivos e futura reintegração familiar.

Problema

Inscrito nesta problemática do acolhimento residencial, e tendo em conta a importância da relação familiar e de padrões comportamentais da parentalidade, a área de investigação do presente trabalho diz respeito às percepções que os jovens em acolhimento

residencial têm acerca dos seus estilos parentais futuros. Esta questão é tanto mais importante quanto o facto de não termos encontrado, até ao presente, nenhum estudo publicado que se tenha focado nesta análise. Por outro lado e tal como Giordano, Longmore e Manning (2004) referem no seu estudo *The Changing Institution of Marriage: Adolescents Expectations to Cohabit and Marry*, é fundamental realizar pesquisas com adolescentes, na medida em que as suas percepções podem predizer tendências futuras, pelo que estas pesquisas poderão adquirir um carácter preventivo e interventivo.

É neste sentido que consideramos que a presente pesquisa corresponde a um estudo de cariz, essencialmente, exploratório. Assim, pretende-se averiguar o papel de algumas variáveis nessas percepções parentais futuras, nomeadamente, variáveis individuais (género, tempo de acolhimento história de acolhimentos anteriores), variáveis da relação família-jovem acolhido (contacto e tipo de relação existente) e variáveis relacionadas com o acolhimento (dimensão do LIJ e acolhimento face ao género), procurando-se, igualmente, averiguar as atitudes dos técnicos das instituições acerca da pertinência de um programa para uma futura parentalidade para jovens em acolhimento residencial.

Estrutura da Tese

Na primeira parte do estudo será apresentada a revisão de literatura, orientada para as questões da parentalidade, estilos parentais e acolhimento residencial, procurando-se compreender o impacto que estes aspectos têm no desenvolvimento e bem-estar dos jovens institucionalizados.

Na segunda parte, é apresentado o estudo empírico, que procura dar resposta aos objectivos da pesquisa, sendo feita a apresentação e discussão dos resultados encontrados.

Na última parte encontram-se as conclusões finais, havendo lugar a uma reflexão acerca das limitações ocorridas na investigação, bem como sugestões para pesquisas futuras.

I. Enquadramento Teórico

1. Estilos e Práticas Parentais: Definições e Distinções Conceptuais

A relação entre pais e filhos, e a sua influência no desenvolvimento sócioemocional e cognitivo das crianças e adolescentes, tem sido um dos principais objectos de investigação ao nível do desenvolvimento humano. Actualmente, existe uma maior compreensão acerca da complexidade dos processos relacionais entre pais e filhos e das práticas de socialização utilizadas para a promoção do desenvolvimento psicossocial da criança, que influenciam e são influenciados pelo contexto da família, pelas crenças dos pais acerca da parentalidade e pelo seu auto-conhecimento em termos sociais (e.g., Chen, Li, & Liu, 2000; Harkness & Super, 1996).

Ao longo das últimas décadas um conceito que tem demonstrado a sua eficácia na noção das consequências do relacionamento pais-filhos é o de Estilo Parental, havendo uma evolução deste conceito desde as primeiras investigações acerca da socialização e dos factores que influenciam o desenvolvimento infantil, nos anos 30 e 40. Duas abordagens epistemológicas que procuraram explicar estes factores foram a behaviorista (modelo de aprendizagem) e a freudiana (modelo psicodinâmico) (Araújo, 2003; Vitali, 2004). A abordagem behaviorista procurou estudar como as contingências de reforço e punição no ambiente próximo à criança modelavam seu comportamento, sendo que os investigadores focaram a sua atenção sobre as práticas parentais, defendendo que as diferenças no desenvolvimento da criança eram o reflexo de diferentes ambientes de aprendizagem. Neste modelo, o estilo parental foi utilizado para resumir os resultados das análises de práticas parentais específicas. Por sua vez, a abordagem freudiana defendia que os determinantes do desenvolvimento eram biológicos, sendo que as diferenças individuais no desenvolvimento da criança dependiam da relação entre as necessidades da libido da criança e o ambiente familiar. Nesta interpretação havia a ausência da explicação de quais eram as formas dos pais educarem os filhos e quais as consequências de diferentes percursos educativos no comportamento da criança.

1.1. Baldwin: Estilos Democrático-Recíproco e Autoritário

Apesar do estudo dos estilos com que os pais educavam os seus filhos ter iniciado aproximadamente nos anos trinta, foi na pesquisa de Baldwin (1949, citado por Boeckel & Sarriera, 2006; Frizzo et al., 2002; Vitali, 2004), *The Effect of Home Environment on Nursery School Behavior*, que o conceito de estilo parental começou a ser usado, sendo este autor o inaugurador de uma linha de pesquisa que analisava as correlações entre o comportamento dos filhos e estilo parental. Baldwin identificou e distinguiu dois estilos parentais: o estilo *democrático-recíproco* e o *estilo autoritário*, estudando as suas consequências em termos de risco e protecção: O estilo parental democrático-recíproco implicava a tentativa de envolver activamente a criança, proporcionalmente ao seu desenvolvimento, nas decisões da família, enquanto o estilo autoritário implicava a prevalência ou imposição da vontade dos pais sobre os interesses e desejos da criança. Segundo o autor, as diferenças de personalidade da criança podiam, também, influenciar o comportamento dos pais.

Com esta perspectiva de Baldwin ficou claro que o conceito de estilo parental permitia identificar o contexto e o clima familiar onde eram manifestadas as práticas parentais, i.e., posturas e procedimentos transmitidos pelos progenitores/cuidadores aos filhos, sendo uma ferramenta extremamente útil para planear e realizar uma intervenção familiar preventiva e/ou complementar, de forma a proporcionar um ambiente familiar saudável ao desenvolvimento infantil.

1.2. Nova Definição de Estilo Parental: Proposta de Darling e Steinberg

Mais tarde, Darling e Steinberg (1993) realizaram uma revisão histórica do conceito de Estilo Parental, tendo proposto uma nova concepção do mesmo: segundo os autores, os estilos parentais remetem para o contexto no qual os pais procuram socializar os seus filhos, de acordo com as suas crenças e valores, ou, por outras palavras são um conjunto de atitudes, práticas e expressões não-verbais adoptadas pelos pais, ou cuidadores, que caracterizam a natureza das interacções pais-filhos, através de diferentes situações.

O conceito de estilo parental difere, no entanto, do de práticas parentais. Conforme Barker et al. (2008), estas últimas correspondem a “... um conjunto de comportamentos e atitudes dos pais que transmitem aos filhos formas de ser e estar no mundo.” (p. 13). Esta definição considera que os conteúdos das práticas familiares são transmitidos e apreendidos na relação entre as crianças e seus cuidadores, comportando inúmeras particularidades que

compõem uma cultura historicamente determinada de interação entre ambos. Darling e Steinberg (1993) referem que as práticas parentais correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e por objectivos de socialização e que dentro do mesmo estilo parental podem ser desenvolvidas diferentes práticas parentais, concretizando-se na forma de falar com um tom de voz particular, na linguagem corporal e na forma de expressar afecto, como o sorrir, o acarinhar ou o beijar. Portanto, de acordo com este modelo, os estilos parentais são expressos, parcialmente, através das práticas parentais, visto que as práticas representam alguns comportamentos a partir dos quais as crianças inferem as atitudes emocionais dos seus pais.

Ainda, algumas pesquisas acerca dos estilos parentais (e.g., Christiansen & Keith, 1997; Reppold, 2001) defendem que, enquanto as práticas parentais variam entre situações, tendo um efeito directo no desempenho das crianças/jovens, os estilos parentais são independentes de um contexto específico de socialização, demonstrando-se numa larga variedade de interações entre pais e filhos, tendo uma acção indirecta na socialização feita pelos pais aos filhos.

1.3. Modelo Teórico de Diana Baumrind

Foi com o trabalho de Diana Baumrind (1966) que emergiu um novo tipo de modelo teórico de estilos parentais, que influenciou profundamente o pensamento e a pesquisa realizada a posteriori. Este modelo agregava os processos emocionais e comportamentais, nos quais assentavam os modelos de socialização anteriores, num novo conceito de estilo parental, baseado no controle parental que os pais exercem sobre os filhos e, ao mesmo tempo, dando realce ao sistema de crenças dos primeiros (e.g. Ceconello, De Antoni, Koller, 2003). Neste modelo, os pais são classificados em pais autoritativos, pais autoritários e pais permissivos: os pais autoritativos são aqueles que procuram direccionar as actividades dos filhos de forma racional e orientada para a solução (*issue oriented*), incentivando o diálogo, compartilhando com estes o raciocínio que os levou a agir de determinada maneira, solicitando as suas explicações quando se recusam a concordar, exercendo firme controle nos pontos de divergência ao colocar a sua perspectiva de adulto (não baseiam as suas decisões em consensos ou nos desejos dos filhos), mas sem inibir a criança/jovem, reconhecendo que esta possui interesses e as exigências próprias. Usam, sobretudo, reforço positivo, sendo o reforço negativo pouco usado e só muito raramente recorrem ao uso da punição. A configuração de práticas associadas com o estilo autoritativo ultrapassa o conceito de simples autoridade, para

incluir procuras de maturidade, estilos de comunicação, e “nurturance” (o escutar) (Baumrind, 1966, 1968). Campos (2005) refere, ainda, que os pais autoritativos caracterizam-se por serem protectores, valorizando a autonomia e a disciplina dos menores. O estilo autoritativo está positivamente ligado à competência social e cognitiva, maior auto-estima, maior assertividade e maior maturidade (ver também Ceconello et al., 2003).

No que diz respeito a pais autoritários, Baumrind (1968) refere que são aqueles que modelam, controlam e avaliam o comportamento e as atitudes dos filhos conforme as regras de conduta estabelecidas e normalmente absolutas, formuladas por uma autoridade superior, tendo a obediência como uma virtude. Favorecem o uso de reforços negativos e são apologistas de medidas punitivas e de força para lidar com aspectos dos filhos que entram em conflito com o que pensam ser o correcto, podendo mesmo infligir, e.g., mau trato físico a estes. Ainda segundo a autora, os pais autoritários reforçam o individualismo, acreditam na importância de manter a criança/jovem “no lugar dela” (i.e., relações marcadas por uma clara assimetria de poder), na delimitação da sua autonomia, no exigir respeito pelo trabalho e consideram essencial a preservação das tradições familiares. Não encorajam a troca verbal com a criança/jovem, não pedindo nem considerando o ponto de vista dela.

Por último, Baumrind (1966) refere que pais permissivos são aqueles que solicitam poucas responsabilidades aos filhos (e.g., trabalhos de casa), procurando comportar-se de maneira não punitiva e receptiva perante os desejos e acções dos seus filhos, não sendo vistos como um ideal a seguir, mas sim como um recurso que a criança/jovem pode usar para a realização dos seus desejos. Portanto, os pais permissivos permitem, ao máximo possível, que a criança se auto-regule, aceitando o comportamento dela sem pretender moldá-lo, mudá-lo, ou direccioná-lo, evitando o exercício do controlo, e não encorajam a criança a obedecer a padrões comportamentais externamente estabelecidos (Baumrind, 1966, 1968; ver também Barker et al., 2008; Boeckel & Sarriera, 2006; Brás, 2008; Ceconello et al., 2003; Vitali, 2004).

Baumrind (1966) demonstrou, ainda, que a distinção entre os três estilos, autoritativo, autoritário e permissivo, estava associada a várias atribuições parentais e não só ao grau de variação na autoridade parental. Segundo esta teoria, pais com diferentes estilos de autoridade poderiam ser igualmente ternos e afectuosos, mas, empiricamente, os pais autoritários e permissivos revelavam-se parecidos quanto à distância afectiva (*detachment*), ineficiência da comunicação e baixa maturidade em termos de exigência.

1.4. Contributo de Maccoby e Martin para o Modelo de Diana Baumrind

Apesar do notável contributo de Baumrind, esta não considerou a autoridade parental como uma dimensão contínua, propondo a existência de apenas os três estilos parentais descritos anteriormente (ver também Ceconello, et al., 2003; Costa, Gomes, & Teixeira, 2000). De acordo com Darling e Steinberg (1993), muitas pesquisas até o início da década de 80 permaneceram de acordo com esta tradição explícita dos estilos parentais, sem se preocuparem com o estudo sistemático de possíveis dimensões subjacentes a estes. Contudo, na primeira metade dos anos 80, Maccoby e Martin (1983, citados em Brandenburg, Prado, Viezzer, & Weber, 2004; Campos, 2005) propuseram um modelo teórico com a concepção de duas dimensões fundamentais nas práticas educativas dos pais, denominadas exigência (*demandingness*) e responsividade (*responsiveness*): a exigência parental inclui todas as atitudes parentais de controlo e supervisão do comportamento dos filhos e exigência de maturidade, impondo-lhes limites e estabelecendo regras. Por sua vez, a responsividade refere-se àquelas atitudes compreensivas que os pais têm para com os filhos e que visam, através do apoio emocional e da bi-direccionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da auto-afirmação dos filhos. Ou seja, baseia-se na afectividade, aceitação e envolvimento na relação.

Assim, Maccoby e Martin (1983, citados por Brás, 2008; Costa, et al., 2000) propõem uma tipologia de estilos parentais definida a partir dessas duas dimensões: pais com elevada responsividade e exigência são classificados como autoritativos; os que apresentam baixa responsividade e exigência são tidos como negligentes; pais muito responsivos mas pouco exigentes são categorizados como indulgentes; por último, os muito exigentes e pouco responsivos são tidos como autoritários. Ainda, e segundo os autores, pais indulgentes não colocam regras nem limites aos seus filhos, raramente aplicam punições como forma de regulação dos filhos, inculcando nestes pouca responsabilidade e pouca maturidade, sendo excessivamente tolerantes e receptivos em relação a estes, permitindo-lhes demasiada autonomia no que diz respeito ao seu comportamento, tendendo, sempre que possível, a satisfazer quaisquer desejos que manifestem. Contudo, são pais muito afectivos e comprometidos na educação dos seus filhos. Por outro lado, os pais negligentes não são exigentes nem responsivos ou afectivos, demonstrando pouco envolvimento com a tarefa de socialização dos seus filhos, não monitorizando ou controlando os seus comportamentos, com tendência em mantê-los à distância, dando resposta apenas às suas necessidades básicas. Portanto, nesta perspectiva, enquanto os pais indulgentes estão envolvidos com seus filhos, os

pais negligentes estão normalmente centrados nos seus próprios interesses (ver também Ceconello et al., 2003).

1.5. O Impacto dos Estilos Parentais no Desenvolvimento da Criança

Conforme o verificado em várias pesquisas (e.g., Maia & Williams, 2005), a família pode ser considerada responsável pelo processo de socialização da criança, sendo através desta que, num primeiro momento, a criança adquire comportamentos, aptidões e valores apropriados e desejáveis à sua cultura. Neste sentido, a família tem sido encarada como um factor de risco ou de protecção, dependendo do estilo parental utilizado (e.g., Bardagi, Hutz, Pacheco, & Reppold, 2002): Se por um lado, a adversidade e negligência parentais contribuem para o desenvolvimento de indivíduos com distúrbios de conduta, por outro lado, práticas correctas, associadas a um bom funcionamento familiar, à existência de um vínculo afectivo, a apoio e vigilância parentais, são indicativos de factores protectores que reduzem a probabilidade de crianças e/ou adolescentes adoptarem comportamentos desviantes.

Indo ao encontro desta premissa, na década de 90 surge uma teoria relacionada com os impactos dos diferentes estilos parentais no desenvolvimento da criança, sendo a fundadora Helen Bee (Barker et al., 2008; Brandenburg et al., 2003; Ceconello et al., 2003). Esta autora afirma que podem ser identificados determinados efeitos no desenvolvimento da criança segundo o estilo parental com o qual ela é socializada: Por exemplo, os filhos de pais autoritativos ou competentes revelam uma auto-estima mais elevada, mais independência e um comportamento mais altruísta; tendem a ser menos passivos, restabelecem-se de derrotas com maior facilidade e acreditam em novas possibilidades de conseguir o que querem, exibindo maior assertividade, maior maturidade, uma conduta mais independente e empreendedora e responsabilidade social. Mais concretamente, em adolescentes, o estilo autoritativo dos pais conduz a melhores níveis de adaptação psicológica, competência social, auto-estima, desempenho escolar, autoconfiança e níveis baixos de problemas de comportamento, ansiedade e depressão. De facto, é neste estilo parental que mais se observa a adopção de relacionamentos seguros e estáveis, representando a família um importante elemento para o equilíbrio da saúde emocional e mental da criança e do adolescente.

No que diz respeito ao estilo autoritário, o nível elevado de controlo faz com que os filhos de pais autoritários se sintam criticados e pouco valorizados, sendo menos eficientes em termos escolares, apresentando fraca capacidade de se relacionar com os seus pares, tendo baixa auto-estima e índices de ansiedade e depressão mais elevados. Algumas destas crianças

podem apresentar características de subjugação e outras, pelo contrário, podem manifestar grande agressividade ou apresentar sintomas de estar “fora de controlo” (e.g., Bardagir & Hutz, 2006; Baumrind, 1968).

Relativamente ao estilo permissivo, também Bee (1996, citada por Barker et al., 2008; ver também Campos, 2005; Dilorio, Dudley, & Miller, 2002) refere que os filhos de pais permissivos apresentam alguns resultados negativos, sendo menos eficientes em termos escolares, mais agressivos (particularmente se os pais são permissivos em relação à agressividade), mais imaturos com os seus pares, com maiores dificuldades em assumir responsabilidades e menos independentes. Pela ausência de uma disciplina consistente e adequada, é maior a probabilidade destes adolescentes terem dificuldades para controlar os seus próprios sentimentos e estabelecer limites razoáveis para seu comportamento.

No que concerne a filhos de pais indulgentes, apresentam resultados escolares mais negativos, sendo as crianças caracterizadas como inseguras, com baixos índices de auto-estima e bem-estar psicológico, mais agressividade, impulsividade e problemas de comportamento. Os filhos de pais negligentes demonstram índices de menor competência social e cognitiva e maiores problemas de comportamento, tendo piores índices de ajustamento, menor competência psicossocial e maior disfunção psicológica e comportamental (ver também Darling, Dornbusch, Lamborn, & Steinberg, 1992).

Em suma, os estilos parentais autoritário, indulgente e negligente estão relacionados com uma maior incidência de resultados negativos no desenvolvimento da criança, como problemas de comportamento, abuso de substâncias, baixo rendimento escolar e baixa auto-estima, ao contrário do estilo parental autoritativo, que desenvolve a auto-estima, a segurança e o bem-estar na criança (ver também Ceconello et al., 2003).

1.6. Género e Estilos Parentais

Tal como temos vindo a referir, e com base nos pressupostos da teoria da aprendizagem social de Albert Bandura (Azzi, et al., 2008; Bandura, Ross, & Ross, 1961), a família desempenha uma importante função ao constituir-se como transmissora de modelos sociais e como sistema em que os respectivos membros se diferenciam pelos diversos papéis sociais que lhes são atribuídos. Essa diferenciação é muitas vezes feita com base no género, reflectindo-se no processo e nas formas de socialização das crianças, uma vez que a distinção entre homens e mulheres é, em muitos contextos, considerada como um princípio básico da organização da cultura humana (Hipólito, Jesus, & Pires, 2010; Santos, 1969). Contudo, esta

distinção difere na atribuição que cada sociedade dá aos papéis feminino e masculino e reflecte-se, apesar de mais em algumas culturas do que outras, na socialização das crianças e, mais concretamente, na interiorização, por parte das crianças, de características psicológicas associadas ao género (Brody, 2000; Stephens, 2009).

Compreende-se, assim, que o papel de ambos os progenitores (pai/mãe) seja, em muitos contextos/culturas, pautado por diferenças de género: tradicionalmente, as diferenças nos papéis atribuídos ao sexo masculino e feminino assentam, sobretudo, na ideia que o homem é o responsável pelo sustento da família e a mulher encarregue das actividades domésticas e dos cuidados com as crianças, definindo-se o homem como independente e agressivo e a mulher como cuidadora, sensível e emocional (Bem, 1981; Lobo, 2009). Neste sentido, ainda é comum os homens serem vistos como favorecedores da autonomia dos filhos e mais disciplinadores, enquanto as condutas maternas parecem estar mais associadas à preocupação com os cuidados e à segurança afectiva dos filhos (Bolsoni-Silva & Marturano, 2008; Pacheco, Schneider, & Silveira, 2008).

No que diz respeito a estudos sobre estilos parentais, algumas pesquisas revelam que existem diferenças entre géneros no que se refere a esta variável (e.g., Aquilino, Madigan, & Winsler, 2005; Conrade & Ho, 2001; Hart, et al., 1995), referindo que há uma tendência para as mães demonstrarem ter práticas parentais mais concordantes com o estilo autoritativo ou permissivo e os pais com o estilo autoritário, nomeadamente no que se refere a práticas disciplinares. Contudo, outros estudos mostram que podem não existir diferenças ao nível dos estilos parentais de ambos os progenitores (e.g., Hein & Lewko, 1994; Reichert & Wagner, 2007).

Tendo em conta a pertinência desta questão e pelo facto dos estudos não serem conclusivos, no presente trabalho considerámos relevante compreender o papel do género nas percepções sobre os estilos parentais futuros dos jovens institucionalizados.

2. Acolhimento de Menores em Instituição: Breve Resenha Histórica

O acolhimento de menores em instituição tem uma longa tradição nas sociedades ocidentais, havendo registos da sua existência já na Grécia Antiga e no Império Romano com as chamadas Instituições Alimentares, sediadas em quintas rústicas, destinadas ao acolhimento de crianças até aos dezasseis anos (Martins, 2004).

Em Portugal, a primeira instituição para o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas de que se tem conhecimento foi o Hospício dos Enjeitados, no séc. XII, de

iniciativa real, tendo sido criadas várias deste cariz até ao séc. XV, em Lisboa e Porto. A partir do séc. XVI, a protecção de crianças abandonadas passa a ser tutelada pelas autoridades municipais que dispunham de equipamentos não específicos, como hospitais, albergues ou outras entidades similares. A taxa de mortalidade infantil consequente das guerras religiosas e da coabitação nestes centros de crianças e adultos idosos e doentes (em certas instituições 80% das crianças institucionalizadas morriam no decurso do primeiro ano de internamento) fez com que algumas destas instituições encerrassem e surgissem novas. O facto de, ainda, existirem situações de discriminação das crianças ditas ilegítimas (que podiam passar pela exploração do trabalho infantil, pela estimulação da mendicidade a favor da instituição ou mesmo pela sua venda para o exercício “profissional” desta actividade) despoletou a necessidade de o Estado intervir através da promulgação de legislação de protecção, assistindo-se à criação de instituições particularmente vocacionadas para o acolhimento das crianças ilegítimas, sob a direcção da ordem de S. Vicente de Paulo. Surge, também, em Portugal a instituição dos expostos (e.g. Casa Pia de Lisboa) e das Casas de Roda, pretendendo ser uma resposta normativa à prática de abandono de crianças, comum nos séculos XVII e XVIII, diminuindo a vigilância punitiva que até aí se fazia sentir em relação às mães abandonicas. Devido ao enorme aumento de crianças aí colocadas, as Casas de Roda são extintas em 1867, sendo substituídas pelos Hospícios de Acolhimento, sendo esta mudança uma preocupação crescente com o processo de acolhimento (Martins 2004; Sá, 1997).

Em 1959, no distrito de Lisboa, sob a influência da Santa Casa da Misericórdia, desenvolve-se uma reestruturação do sector residencial, que se traduziu no recrutamento de pessoal qualificado para trabalhar com as crianças, na reorganização e modernização dos equipamentos existentes, na abertura de estabelecimentos novos, na possibilidade de admissão de crianças de ambos os sexos no mesmo espaço e na incorporação de infantários. Seguiu-se um período de construção de novos centros progressivamente mais normalizados e do encerramento de outros que eram considerados inadequados, alargando-se a idade de admissão e atendimento para além dos sete anos (Calheiros, Dinis, & Fornelos 1993, citados por Martins, 2004).

Em 1975, são aperfeiçoados os modelos familiares de residência; às equipas que trabalham nas instituições juntam-se os psicólogos, dando-se primazia à formação do pessoal, à redução do número de crianças por instituição de acolhimento e à substituição das residências para crianças pequenas por centros de acolhimento temporário. Passados 5 anos (em 1980), as instituições residenciais existentes são reestruturadas pelo Despacho Ministerial n.º 57/80, que insere as micro-residências, de tipo familiar, definindo as condições de

admissão das crianças e jovens nestes estabelecimentos. Por fim, em 1986, o Decreto-Lei n.º 2/86 de 2 de Janeiro reconhece formalmente o estatuto legal dos Lares de Crianças e Jovens, definindo-os, no seu artigo 2.º, como equipamentos sociais com a finalidade o acolhimento de crianças e jovens em condições de vida tão próximas das familiares quanto possível, proporcionando o seu desenvolvimento integral e inserção social (Calheiros et al., 1993, citados por Martins, 2004).

2.1. O Acolhimento Residencial e a sua Vertente Psicossocial

Na perspectiva de Bronfenbrenner (1986), entender o desenvolvimento da criança corresponde, cada vez mais, a uma compreensão do indivíduo em interacção com o seu contexto social, abrangendo os indivíduos que fazem parte do seu meio, a família, a escola, bem como as relações com os pares, a relação da família com a escola, com serviços de saúde, entre outros. Na verdade, todas estas relações contribuem para o desenvolvimento da personalidade, valores, atitudes e comportamento social da criança e da própria identidade da família. Esta ideia tem por base o pressuposto de que o ambiente ecológico pode ser concebido como uma série de estruturas ou sistemas, encaixadas, umas dentro das outras, considerando que no nível mais interno corresponde ao contexto mais imediato que contém a pessoa em desenvolvimento, sendo este a família. As famílias problemáticas ou multiproblemáticas, pelo tipo de experiências que caracterizam a sua vivência familiar (ex., rupturas, descontinuidades relacionais e sofrimento infligido às crianças/jovens), podem assumir-se como um contexto pautado por sentimentos de instabilidade, insegurança, desconfiança, medo, perigo, violência e dor (Antunes, 2005; Child Study Center, 2003; Rego 2008). Nestas situações, em que a família não dispõe de condições mínimas capazes de assegurar um desenvolvimento normal e saudável da criança, uma das medidas legais de protecção, em vigor na legislação Portuguesa, aplicada aos menores é o acolhimento residencial (Lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

Conforme esta legislação, o acolhimento residencial consiste na retirada do menor do seu contexto familiar desfavorável e prejudicial e sua colocação ao cuidado de uma instituição que disponha de condições que garantam, não meramente a satisfação das necessidades, como, também, permitam e promovam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art. 49º). A colocação do menor pode ocorrer num Centro de Acolhimento Temporário (quando a sua duração prevista é inferior a seis meses) ou num LIJ, para situações mais prolongadas no tempo.

O acolhimento residencial representa um momento de passagem, em que a criança/jovem não sabe ao certo por quanto tempo irá permanecer e nem qual será o seu projecto de vida. Neste sentido, é extremamente importante providenciar às crianças e aos jovens um ambiente que lhes permita conseguir um desenvolvimento saudável, capaz de satisfazer as suas necessidades (Pracana & Santos, 2010).

Bowlby (1993a;1993b) refere que, apesar da condição de acolhimento residencial pressupor a retirada da criança do seu ambiente familiar, o que poderá levar a problemas cognitivos e sintomas de privação da figura de vinculação, a criança em acolhimento residencial passa a ser salvaguardada de situações de risco, estando a sua reacção à separação da família dependente do modo como vai ser tratada, tendo em conta que se encontrar pessoas afectivas, compreensivas, que oferecem um ambiente acolhedor, os efeitos negativos poderão ser minimizados.

Não obstante o acolhimento residencial de menores constituir uma prática com uma tradição remota na história da Humanidade, ela tem sido recentemente alvo de controvérsia. Embora se trate de uma medida cujo objectivo, como já referimos, deve consistir na protecção do menor, proporcionando-lhe condições e cuidados adequados ao seu desenvolvimento, os efeitos que o acolhimento residencial acarreta no desenvolvimento das crianças/jovens têm sido questionados em diversos estudos (e.g., Browne, 2009; Browne et al., 2006; Pracana & Santos, 2010).

A investigação, apesar de relativamente escassa, em torno do impacto desenvolvimental do acolhimento residencial de menores, tem-se baseado, particularmente, na comparação da qualidade do desenvolvimento verificado em crianças institucionalizadas com grupos de crianças não institucionalizadas, institucionalizadas que regressaram à família de origem e adoptadas. Em termos metodológicos, a mesma apresenta, segundo algumas pesquisas (Antunes, 2005), algumas limitações e constrangimentos, designadamente o recurso a diferentes medidas de avaliação, nem todas aferidas ou adequadas para a população em estudo, a utilização de grupos de comparação com diferentes características, bem como o facto de nem sempre considerarem a influência de variáveis, como a idade e tempo de acolhimento residencial, a história anterior de vida e as condições do acolhimento. É sobre estas variáveis que nos iremos debruçar de seguida.

2.2. Qualidade do Acolhimento Residencial

Na tentativa de melhorar a qualidade dos serviços dos Centros de Acolhimento Infantis, a 3 de Novembro de 1977, o Comité dos Ministros do Conselho da Europa adoptou a Resolução (resolução 77) 33 (Counsil of Europe, Committee of Ministers, 1977) referindo, entre outros aspectos, que deveriam diminuir os centros de acolhimento para crianças/jovens de grande dimensão, organizando-se em subunidades de tipo familiar. Menciona, também, a importância de acolher crianças de todas as idades e ambos os sexos, e que tenham ao serviço pessoal qualificado (sensível a esta problemática) dos dois sexos, frisando a importância de acolher conjuntamente os membros de fraterias e da estimulação da cooperação com os pais biológicos das crianças acolhidas, facilitando-se a convivência entre pais e filhos por períodos limitados de tempo. Refere, ainda, que os centros de acolhimento deveriam dispor de unidades especiais para adolescentes, onde estes possam assumir gradualmente as responsabilidades de uma vida autónoma e que os centros de acolhimento deveriam ser abertos à comunidade.

Indo ao encontro desta Resolução, são vários os autores (e.g., Antunes, 2005; ISS, 2007, 2010; Martins 2004; 2005a; National Centre for Excellence in Residencial Child Care, 2008; Quintãs, 2009) que se têm debruçado sobre a importância da normalização e incremento da qualidade do acolhimento, salientando aspectos relevantes, tais como:

- A Diminuição do tamanho das instituições, aproximando-se o mais possível de uma estrutura mais familiar, da redução do rácio adulto-criança/adolescente. E.g., segundo as *Recomendações técnicas para equipamentos sociais - Lar de Infância e Juventude* do ISS (2010b) a capacidade mínima do LIJ deve ser de 12 crianças /jovens e a máxima de 30 crianças /jovens;
- A importância dos critérios e procedimentos de ordem funcional, as práticas instituídas e as regras gerais de funcionamento: e.g., o número de utentes acolhidos, género acolhido (crianças/jovens de sexo feminino, masculino ou misto), leque etário das crianças acolhidas, i.e., a necessidade de um regime misto e vertical, de forma a permitir acolher conjuntamente grupos de irmãos;
- A relevância de se ter em conta as concepções que as instituições e os seus intervenientes têm do seu papel e intervenção, os modelos de actuação que perfilham, os objectivos que definem, as práticas que estatuem, consentem ou legitimam;

- A importância de analisar factores que explicam a construção das relações e do desenvolvimento interpessoal no âmbito das instituições, tais como, a forma como se promove e se permite o relacionamento das famílias com as crianças/jovens, as trocas estabelecidas entre as instituições e a comunidade envolvente, o carácter activo-passivo das relações quotidianas, a capacidade de articulação e coordenação das suas intervenções com outras entidades e pessoas relevantes em todo o processo de bem-estar da população-alvo;
- Propor-se um mínimo de regras e fazê-lo de forma positiva e os jovens tomarem parte na sua elaboração.

No que diz respeito às relações interpessoais, outros autores (e.g., Gomes, 2005; Strecht, 2001; Vitali, 2004) acrescentam, ainda, que, para uma maior qualidade do serviço prestado, enquanto espaço de educação a instituição de acolhimento deve valorizar aspectos da vida da criança/jovem, tais como o sucesso escolar, a positividade da criança e a avaliação das relações entre a instituição e a criança, proporcionando aos menores instrumentos que lhes permitam apreender as normas e valores da realidade social que os rodeia, devendo promover uma comunicação afectiva, de confiança e perseverança, evitando-se, assim, a repetição traumática de situações a que estiveram sujeitos.

2.3. Motivos Associados ao Acolhimento Residencial

Conforme o referido pelo estudo coordenado por Gomes (2005), o acolhimento residencial, regra geral, é consequência da falta de competências familiares em relação à criança/jovem, sendo fundamental o conhecimento do modelo de relação que está instituído na família, marcado por situações de mau trato e/ou negligência por parte dos cuidadores.

Apesar da inexistência de uma conceptualização universal de mau trato, uma vez que as definições variam de acordo com o contexto cultural (uma mesma prática maltratante pode ter diferentes classificações mediante as especificidades culturais em que se insere - e.g., o caso da proibição da punição corporal na Suécia como estratégia parental disciplinar), a idade e o nível de desenvolvimento da criança (exemplo, deixar um recém-nascido sem vigilância durante algumas horas é diferente de deixar nas mesmas condições uma criança bastante mais velha) ou a intencionalidade do acto (uma criança que sofre um acidente grave devido à distração momentânea do seu progenitor pode não ser considerado um acto negligente, quando comparado com uma mesma situação mas em que o progenitor apresenta um padrão

omisso de vigilância e protecção relativamente a esta) (e.g., Antunes, 2005), Magalhães (2002, citado por Antunes, 2005) propõe uma noção abrangente, definindo-o como qualquer forma de tratamento físico e(ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e(ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e(ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades, afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade (...). (p. 33).

Por sua vez, a negligência, segundo Galinha (2008), é um tipo de mau trato, sendo por isso encarada como uma situação de risco para a criança, visto que influencia o seu bem-estar. Para Magalhães (2004, citado por Galinha, 2008):

...negligência constitui um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com o menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades em termos de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio (no contexto dos recursos disponíveis pela família ou cuidadores) (p. 12).

No que concerne às diferentes formas de manifestação, conforme esquema de classificação de Barnett, Cicchetti e Manly (1993, citados por Calheiros, 2006), existem 5 tipos de mau trato e negligência, que são divididos em subtipos, sendo estes: Mau Trato Físico; Mau Trato Emocional; Abuso Sexual; Negligência Física, Falta de Provisão; e Negligência Física, Falta de Supervisão.

No que diz respeito ao mau trato físico, este resulta da aplicação de ofensas físicas dos pais à criança, de forma não accidental. Este tipo de mau trato engloba um conjunto diversificado de situações traumáticas, desde a Síndrome da Criança Abanada até a intoxicações provocadas (e.g., Branco et al., 2011; Cavalcanti, 2002).

Em relação ao mau trato emocional, existe um enorme consenso por parte da investigação de que todos os actos de mau trato e negligência conduzem a consequências emocionais e psicológicas negativas para as crianças, constituindo todos os actos de mau trato, mau trato emocional. Os incidentes deste tipo de mau trato envolvem actos perseverantes e extremos de omissão das necessidades emocionais das crianças (e.g., Menezes et al., 2011). Existem quatro áreas a considerar deste tipo de mau trato: falta de segurança e protecção psicológica; inexistência de reforço positivo e avaliações irrealistas/negativas,

tendo em conta o nível de desenvolvimento da criança; autonomia desapropriada à idade; e mau trato moral/educacional (e.g., a não frequência em estabelecimento escolar) (Calheiros, 2006). Lima (2006) refere, ainda, que o mau trato emocional, ao contrário do que acontece com o mau trato físico, não é tão fácil de se identificar visto que a perturbação é a nível mental, não tendo a criança a capacidade de o suportar.

No que concerne ao abuso sexual, este é considerado quando ocorre qualquer contacto, ou tentativa de contacto, entre o adulto e a criança com o intuito de gratificação sexual ou de ganhos económicos. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e concretiza-se práticas nas quais a criança/adolescente, em função do estágio de desenvolvimento não tem capacidade para compreender que delas é vítima; percebendo que o é, não tem capacidade para nomear o abuso sexual. A este tipo de abuso estão associados outros, tais como o mau trato emocional e mau trato físico (e.g., Menezes et al., 2011).

Na negligência física, falta de provisão, a falta de provisão diz respeito à falha nos cuidados básicos ou mínimos de um adulto relativamente às necessidades físicas da criança (e.g., condições habitacionais adequadas, cuidados de saúde física e mental e higiene corporal). Por sua vez, na negligência física, falta de supervisão, é tida em conta a falta de supervisão dos pais em relação às crianças, não tomando as precauções necessárias e indispensáveis para assegurar a segurança da criança em casa ou no seu exterior, dadas as suas necessidades ao nível do desenvolvimento e em termos emocionais. Quatro áreas consideradas neste tipo de negligência são: a falta de supervisão relativamente à segurança das actividades da criança; o não se assegurar a segurança da criança dentro ou fora de casa; o não se providenciar o acompanhamento adequado da criança na ausência dos pais/cuidadores, ficando entregue a pessoas que não podem assegurar as suas necessidades; e o não reconhecimento das necessidades de desenvolvimento da criança, não havendo supervisão para que a criança não corra qualquer risco (Calheiros, 2006).

Ao analisar estas definições, e conforme tem sido referido, pode-se compreender que o fenómeno do mau trato infantil (seja de que forma for manifestado) carece de uma intervenção adequada que reconheça e defenda a criança de um ambiente hostil, sendo o acolhimento residencial uma alternativa perante a adversidade imposta pela família de origem/cuidadores. Como refere Calheiros (2006),

Uma das etapas mais importantes da intervenção social, a par da prevenção e da intervenção, é a de evitar que as crianças em risco sejam detectada, na maioria das vezes, tardiamente, já em situação de mau trato e negligência grave. Um vez conhecidos (...) os mecanismos do risco parental em contextos sociais e familiares

adversos e os seus efeitos negativos no comportamento das crianças, as definições claras de mau trato e negligência que considerem o contínuo entre práticas parentais adequadas e práticas inadequadas tornam possível a tomada de decisão sobre a necessidade de intervenção (...). (p. 491).

2.4. Acolhimento e Contacto com a Família de Origem para o Bem-Estar da Criança/Jovem

Durante o tempo em que o menor se encontra na instituição, compete à equipa técnica realizar um diagnóstico da situação, assim como definir e executar um projecto de promoção e protecção adequado ao menor em causa. Encontra-se implícita a realização de um trabalho, quando possível, de intervenção junto das famílias dos menores em acolhimento residencial no sentido de apoiá-las em termos de reorganização e a reunir condições que tornem possível o regresso do menor ao contexto familiar (e.g., Green, Liddell, Liddell, & Maunders, 1999; Minge, O'Neill, & Scott, 2005).

Sabe-se que a maioria dos jovens em acolhimento residencial terá contacto com as suas famílias quando deixam de estar acolhidos, sendo importante trabalhar na melhoria das relações com a família de origem ou família alargada, que pode ser um suporte em termos futuros. Alguns autores recomendam (e.g., Clark, Morton, & Pead, 1999; Community Services Commission, 1999; Dupas & Zem-Mascarenhas, 2001) que este contacto deve ser, sempre que seja possível, promovido pelas instituições, tendo em consideração as situações que levaram ao acolhimento do menor (e.g., em situações de abuso sexual o contacto não é promovido, enquanto que em situações de negligência este pode acontecer). Segundo Minge et al. (2005) os objectivos primordiais deste contacto devem ser: preparar e promover a possibilidade da reunificação com a família de origem; preservar os laços familiares quando a criança está institucionalizada a longo prazo; e, por fim, fornecer um meio terapêutico para avaliar e melhorar o relacionamento pais-filhos.

Neste sentido, as visitas planeadas e agendadas com regularidade são um instrumento valioso para ajudar a criança a manter a sua identidade e ligação com a família biológica, pois mesmo quando as crianças não podem viver com os pais biológicos, eles continuam a pertencer-lhes. Isto é particularmente verdadeiro quando as crianças sentem muitas incertezas acerca do sítio onde vão crescer e que não pertencem a ninguém. Independentemente do resultado, o seu sentido de pertença deve ser mantido, quando assim é possível (e.g., CNAS & CONANDA, 2008; Fein, Maluccio, & Olmstead, 1986). De facto, tem sido considerado

vantajoso envolver, sempre que permitido ou apropriado, os membros da família nas actividades do acolhimento residencial. Por exemplo, um estudo de Scholte e Van Der Ploeg (2000, citados por Bullock, Clough, & Ward, 2006) com 200 jovens com dificuldades de comportamento graves, em acolhimento residencial terapêutico na Holanda, demonstrou que os resultados em termos comportamentais foram melhores quando existia a participação dos membros da família, sempre que possível, no processo de tratamento terapêutico.

Neste sentido, Green et al. (1999) ressaltam a importância de se fazer uma distinção entre os membros da família associados ao abuso e conflitos e aqueles que não o são, argumentando que as crianças/jovens precisam de manter contacto com membros da família não associados com o abuso, sendo importante apostar no aconselhamento parental daqueles familiares responsáveis pelos abusos ou negligência que conduziram ao acolhimento residencial. Por outro lado, é útil perceber se o contacto permanente com as famílias maltratantes ou negligentes pode perpetuar a patologia do mau-trato/ negligência, pois, como refere Cruz (2006) “a exposição constante da criança ou mesmo do jovem a ambientes de violência, provoca a interiorização de modelos de vida deturpados que conduzem a relações perturbadas, capazes de perpetuar o ciclo geracional de violência.” (p. 14), havendo pesquisas que comprovam a transmissão intergeracional dos estilos parentais vivenciados.

2.4.1. A transmissão intergeracional dos estilos parentais.

A transmissão intergeracional dos estilos e comportamentos parentais na dinâmica familiar tem sido, ao longo das últimas décadas, alvo de investigação, procurando-se compreender a continuidade vs descontinuidade de estilos e práticas parentais entre diferentes gerações (Canavarro, 1999). Nesta linha, alguns estudos têm mostrado que, para além de contribuírem para o desenvolvimento dos filhos, podem determinar o estilo parental que os filhos vão adoptar futuramente, se a hipótese de transmissão intergeracional de estilos parentais e práticas educativas for verificada (Alves & Emmel, 2008; Bernardi, Salvador, Selig, & Weber, 2006; Esteves, 2010). Por exemplo, Frizzo et al. (2002) verificaram que quanto mais uma mãe percebe a sua experiência educativa como autoritária, mais esta relata um estilo parental igualmente autoritário para com os filhos. Também Bernardi et al. (2006) entrevistaram 21 mulheres, de sete famílias distintas, respeitando a linearidade trigeracional (avó/filha/neta) e verificaram a transmissão intergeracional dos estilos parentais em 91,7% dos casos.

Os problemas do relacionamento no seio familiar agressivo promovem a aquisição de padrões adulterados, sendo estes responsáveis pela perturbação na interacção pais-filhos e, conseqüentemente, na transmissão futura destes mesmos padrões. A consequência mais grave deste processo é a eliminação de um projecto de vida saudável, não desenvolvendo as potencialidades da criança/jovem, fazendo com que esta não seja um adulto totalmente capaz, perpetuando um ciclo de violência de uma geração para outra, sendo que a origem da agressão pode residir no facto de existir uma associação entre o agressor ter sido vítima de mau-trato em criança e ser agressivo na vida adulta (Rodrigues, 2006). A capacidade da criança em superar situações desfavoráveis está directamente associada com as experiências vivenciadas no seio da família, visto que a família ao adoptar um relacionamento seguro e estável, pode representar um importante elemento para o equilíbrio da saúde emocional e mental da criança/jovem (Galinha, 2008).

Assim, quanto mais abusivo for o mau trato e quanto mais formas de manifestação de mau trato se associarem a este, pior é o funcionamento da criança e maiores são as probabilidades desta continuar a promover o mau trato enquanto progenitor (Figueiredo, 1998, citado por Lima, 2006).

Apesar de estes jovens não viverem já com os progenitores, alguns mantêm contacto ou têm algum tipo de relação com estes. Não obstante não conhecermos literatura sobre este aspecto, considerámos pertinente procurarmos analisar, na presente pesquisa, o efeito deste tipo de variáveis – da relação família-jovem acolhido – na percepção dos estilos parentais futuros destes jovens.

2.4.2. Competências parentais e bem-estar da criança/jovem.

Face ao que temos vindo a referir, são muitos os trabalhos de investigação que têm evidenciado que um bom desenvolvimento infantil está, fundamentalmente, dependente do contexto familiar no qual a criança cresce (Coutinho, 2004). Como referem vários autores (e.g., Bronfenbrenner, 1986; ver também, Baião, 2008; Barker et al., 2008; Campos, 2005; Carvalho, 2007) os resultados que a criança alcança, em termos de desenvolvimento, são, na maior parte das vezes, dependentes dos padrões de interacção familiares, dos quais são determinantes a qualidade das interacções pais-criança, o tipo de experiências e vivências que a família proporciona à criança, bem como aspectos relacionados com os cuidados básicos em termos de segurança e saúde.

Em Portugal, a introdução e implementação dos modelos centrados na família têm decorrido de uma forma morosa e só recentemente os pais começam a ser tidos em conta no processo de intervenção. De uma forma geral, pode-se dizer que as relações entre pais e profissionais têm sido caracterizadas pelo modelo do especialista, nos quais os pais não têm tido participação activa no processo de intervenção com o seu filho, nem na tomada de decisões relativas ao mesmo. De facto, se até às últimas décadas do séc. XX a educação de pais era essencialmente concebida de uma forma “remediativa”, para famílias em risco, centrada no profissional-especialista que ensinava àquela família-cliente as “boas práticas de educação”, com uma concepção de controlo social subjacente a um discurso de protecção. A partir da década de 80 este modelo, essencialmente médico, baseado nas falhas e no treino, foi sendo lentamente substituído por um modelo de tipo sociocultural, ecológico, multissistémico, baseado nas potencialidades. Com esta mudança, a educação de pais começa a ser concebida como um conjunto de actividades educativas e de alicerce que auxiliam os pais, ou futuros pais, a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos, podendo aumentar a qualidade das relações entre estes (Coutinho, 2004; Pugh, De’Ath, & Smith, 1997, citados por Gaspar, 2003). A formação parental é, também, definida por alguns autores como o processo de proporcionar aos pais/prestadores de cuidados, conhecimentos específicos e estratégias para ajudar a promover o desenvolvimento da criança (Girolametto et al., 1999). Também, segundo Alarcão e Melo (2009), a formação parental inclui uma série de conteúdos diversificados como fornecer informação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, apoiar os pais no ensino de determinadas aptidões ou competências aos seus filhos e na gestão de problemas de comportamento. Esta formação procura centrar-se nas diferentes dimensões da capacidade parental associadas a uma melhor prestação de cuidados às crianças, seja nas dimensões relacionadas com os cuidados básicos, com a supervisão ou com a dimensão afectiva, seja na orientação e estabelecimento de limites (ver também Biglan & Taylor, 1998). Pode-se assumir, então, que o grande objectivo da educação parental é a qualidade das relações entre pais e filhos, tendo em vista mudar, educar e não apenas informar, procurando haver um esforço para ser uma educação pessoal, experiencial e profunda (Gaspar, 2003).

De facto, os programas de formação ou de treino de competências parentais parecem constituir excelentes oportunidades para melhorar os níveis de informação bem como as competências educativas parentais, surgindo mesmo, em vários estudos, associados a resultados positivos em termos da percepção de auto-eficácia, no desempenho da função parental (e.g., Bolsoni-Silva, Rosin-Pinola, Salina-Brandão, & Versuti-Stoque, 2008; Camp &

Finkelstein, 1997; Ribeiro, 2003). Girolametto et al. (1999) referem que uma intervenção feita com pais/cuidadores corresponde à possibilidade de uma aplicação directa do conhecimento de estilos parentais, munindo-os com conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e a competência dos filhos. Como referem os autores, um trabalho de orientação parental é extremamente importante, pois implica o melhor desenvolvimento das crianças, que, por sua vez, serão os pais de amanhã, atingindo, inclusivamente, outras gerações (ver também, Weber, 2004).

Sendo a parentalidade uma das mais importantes funções da vida adulta, possibilitando ou inibindo o desenvolvimento físico, intelectual, social e moral das crianças (Calheiros, 2006) e tendo em conta que a educação parental pode constituir um alicerce de apoio às competências de futuros pais, considerámos pertinente questionar os técnicos que trabalham nos LIJ sobre a pertinência de trabalhar algumas das questões da parentalidade ao nível preventivo, mais concretamente, com jovens em acolhimento residencial.

3. Objectivos da Pesquisa

Tal como referido no início deste trabalho, e tendo em conta a revisão de literatura efectuada, este estudo pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento da realidade dos jovens em acolhimento residencial e, principalmente, no que diz respeito às percepções sobre os seus estilos parentais futuros. Mais concretamente, pretende-se averiguar o papel de algumas variáveis nessas mesmas percepções, nomeadamente: variáveis individuais (género, tempo de acolhimento e história de acolhimento anteriores), variáveis da relação família-jovem acolhido (contacto e tipo de relação com a família de origem) e variáveis ligadas ao LIJ, i.e., dimensão e acolhimento face ao género.

Complementarmente, pretendemos averiguar as atitudes dos técnicos das instituições acerca da pertinência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens em acolhimento residencial, bem como as suas percepções sobre os potenciais efeitos de um programa desta natureza destinado a estes.

II. Método

2.1. Participantes

Participaram nesta investigação 161 jovens em acolhimento residencial, pertencentes a 24 LIJ do Distrito de Lisboa. Destes, 58,4% são do sexo feminino e 41,6% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos ($M = 17,77$; $DP = 1,84$), sendo a maioria dos inquiridos Portugueses (77,6%) naturais da zona de Lisboa e Vale do Tejo (71,4%), seguidos dos Guineenses (12,4%) e Angolanos (4,3%). Cerca de metade da amostra (47,8%) tem história de acolhimentos anteriores. Trata-se de uma amostra não aleatória, por conveniência, tendo em conta que a sua escolha foi feita com base na possibilidade de acesso a alguns desses Lares.

Cooperaram neste estudo 24 LIJ da área metropolitana de Lisboa, sendo a informação recolhida, em cada um dos lares, por um técnico de acção social (para uma análise detalhada ver Procedimento).

De seguida, passaremos a caracterizar a amostra dos jovens acordo com algumas variáveis, nomeadamente, tempo de acolhimento, motivos inerentes ao acolhimento do jovem, contacto e tipo de relação familiar. Será, igualmente, feita uma caracterização geral dos referidos LIJ (dimensão, acolhimento face ao género, rácio adultos-utentes e orientação religiosa).

Variáveis individuais ligadas ao acolhimento

Tempo de acolhimento. No que concerne ao tempo de acolhimento, verifica-se que, em média, os jovens tiveram 84 meses de acolhimento, i.e., sete anos ($DP = 56,64$). O tempo de acolhimento varia entre um mês e 267 meses, i.e., cerca de 22 anos. O tempo de acolhimento modal é de 48 meses, i.e. quatro anos.

Motivos inerentes ao acolhimento. Dos motivos inerentes ao acolhimento residencial dos jovens, que se encontram no questionário de caracterização destes, destacam-se a falta de segurança e protecção psicológica (50.9%); a inexistência de acompanhamento adequado da criança na ausência dos pais/cuidadores, ficando entregue a pessoas que não podiam assegurar as suas necessidades (37.3%); a inexistência de reconhecimento acerca das necessidades de desenvolvimento da criança, não havendo supervisão para que a criança não corresse qualquer risco (33.5%); condições habitacionais desadequadas (32.3%); mau trato físico (26.1%); a

inexistência de cuidados de saúde física e mental e higiene corporal (26.1%); alimentação desadequada (21.1%); e, por fim, a inexistência de certificação acerca da segurança das actividades da criança (21.1%)¹ (Anexo A).

Variáveis da relação jovem-família

Tipo de Suporte familiar. No que diz respeito ao suporte familiar (i.e., regular, irregular, sem suporte, e interdição), 37.3% usufruem de um suporte familiar irregular, 34.8% regular, 26.1% não têm suporte familiar e 1.9% encontram-se interditos de manter relação com a família de origem.

Tipo de relação com a família de origem. O tipo de relação que os jovens em acolhimento residencial têm com a família de origem é, sobretudo, saídas aos fins-de-semana e férias (Figura 1).

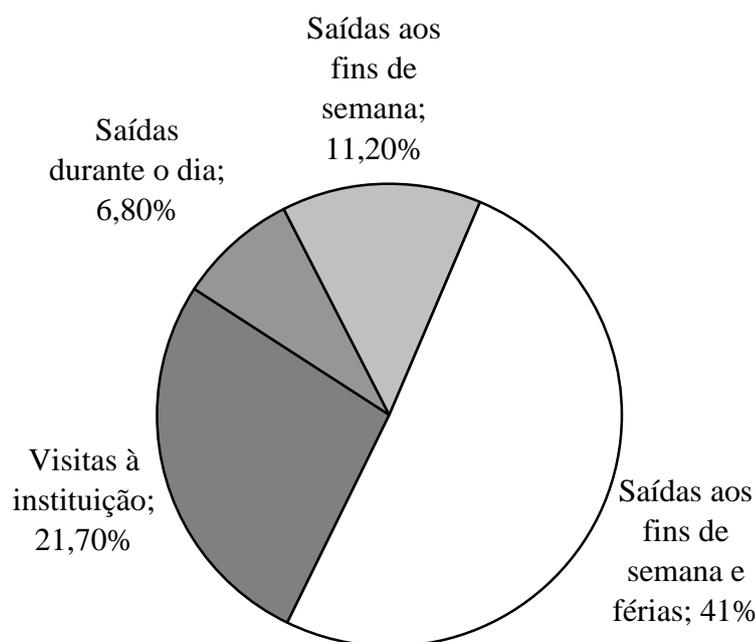


Figura 1. Tipo de relação com a família de origem

¹ Inicialmente tinha sido pensado analisar o efeito do motivo de acolhimento nas percepções de estilos parentais futuros dos jovens; no entanto, e através do resultado obtido na análise de frequências, à excepção do motivo *Falta de Segurança*, não foi possível usar os restantes motivos (ver questionário de caracterização dos jovens) como variáveis independentes.

Variáveis de caracterização dos LIJ

Dimensão dos LIJ. No que diz respeito aos LIJ, verifica-se que, na sua maioria (62.5%) são de média dimensão, tendo sido por nós considerado de média dimensão os LIJ com capacidade de 12 a 30 utentes, seguida das de grande dimensão, i.e., LIJ com capacidade superior a 30 utentes e, por último, as de pequena dimensão, i.e., com capacidade até 12 utentes² (Figura 2).

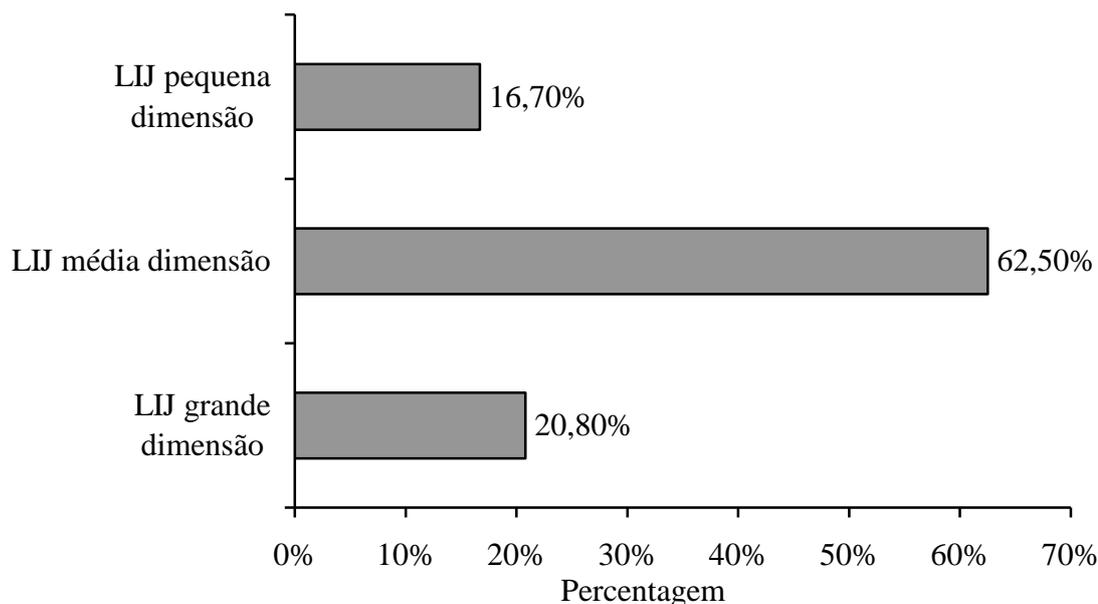


Figura 2. Dimensão dos LIJ

Acolhimento face ao género. Verifica-se que, das instituições cooperantes, metade tem acolhimento misto, sendo que os LIJ com acolhimento feminino e masculino não ultrapassam os 30% (29% com acolhimento feminino e 21% com acolhimento masculino).

Rácio adultos-utentes. No que concerne ao rácio de adultos por cada criança/jovens, verifica-se uma grande discrepância entre os 24 LIJ. Destes, um adulto para cada grupo de três crianças, é referido em 37% dos casos, sendo que os restantes LIJ referem rácios muito diversos (ex., 2 adultos para cada 30 crianças; 11 adultos para 29 crianças; 15 adultos para 25 crianças).

Orientação religiosa. No que diz respeito à orientação religiosa, 66.7% dos LIJ referem não ser de carácter religioso, sendo as restantes católicas (33.3%).

² Esta distinção teve como base as *Recomendações técnicas para equipamentos sociais – Lar de Infância e Juventude* do Instituto da Segurança Social, I.P. (2010b).

2.2. Procedimento

O primeiro passo para a concretização do estudo foi solicitar ao Instituto da Solidariedade Social de Lisboa uma listagem dos LIJ do Distrito de Lisboa, sendo, posteriormente, contactadas as respectivas direcções, de forma apresentar o objectivo da presente pesquisa e solicitadas as devidas autorizações para a sua concretização. Em todas os LIJ que aderiram ao estudo, a autorização foi firmada mediante consentimento informado do responsável pelo menor (Anexo B). Das 23 instituições contactadas, sete declinaram participar no estudo. Convém ressaltar que das 16 participantes, quatro estão subdivididas em Lares distintos, que perfaz um total de 24 LIJ.

Após a autorização de participação, foram entregues dois questionários, a cada direcção: um para caracterização da instituição de acolhimento (Anexo C) e outro que nos permitisse obter informações da história social dos jovens em acolhimento residencial (Anexo D). Os questionários foram, posteriormente, entregues à investigadora principal do estudo.

Paralelamente, foram contactados os jovens que participaram no estudo para efeitos de preenchimento do Questionário de Percepções de Estilos Parentais Futuros (QPEPF) (Anexo E). Antes da aplicação deste questionário, os jovens foram informados acerca do objectivo do estudo, e só após o seu consentimento informado (Anexo F) é que iniciaram o seu preenchimento.

É pertinente ressaltar que foram realizados, em um LIJ, pré-testes dos três instrumentos, a uma Directora-Técnica e a uma jovem, com o objectivo de identificar questões que justificassem uma modificação da redacção, alteração do formato dos questionários e serem eliminadas questões da versão final, sendo o objectivo concretizado com sucesso.

Na prática de todo e qualquer trabalhador social, a consciência ética é uma componente fundamental, sendo um aspecto fundamental da qualidade do serviço que se presta aos cidadãos (APSS – Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2007). Assim, para a aplicação do QPEPF teve-se sempre em conta a disponibilidade de horário dos jovens, a fim de garantir o não prejuízo da participação em outras actividades já incluídas na rotina do LIJ, considerando o princípio ético da não subordinação das necessidades ou interesses destes às necessidades ou interesses da responsável pela pesquisa (APSS, 2007). Similarmente, atendendo aos princípios éticos de confidencialidade dos dados (Dias, 2010), todas as direcções dos LIJ, bem como os jovens, tiveram conhecimento acerca da confidencialidade e anonimato dos dados do estudo.

Na maior parte das situações, os jovens entregaram o QPEPF após o seu preenchimento, cujo tempo médio de aplicação foi de 12 minutos. Nos restantes casos este instrumento foi entregue a um técnico responsável pela sua aplicação e respectiva entrega.

A aplicação dos questionários aos LIJ e aos jovens decorreu entre Março e Junho de 2011.

2.3. Instrumentos

Como referido anteriormente, para a caracterização da Instituição e dos jovens da amostra, foram elaborados dois questionários (Anexos C e D), tendo como suporte vários instrumentos utilizados pelo Instituto da Segurança Social.³

Questionário de caracterização dos LIJ. Foi construído um questionário (Anexo C) para obter informação sobre algumas das suas características, mais concretamente a sua dimensão, o rácio adulto-criança e regras gerais de funcionamento (e.g., LIJ religioso ou não, acolhimento face ao género). Alguns dos itens eram respondidos numa escala dicotómica (e.g., Instituição de cariz religioso ou não); para outros era dado um espaço em branco para os participantes colocarem as suas respostas (ex. Se sim, qual a religião: ____).

Atitudes dos Técnicos sobre a pertinência de programas de competências parentais. Integrado no Questionário de caracterização dos LIJ, foi construído um item que permitisse medir as atitudes dos técnicos face a esta questão (“Até que ponto seria pertinente a existência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens?”). As respostas eram dadas numa escala de Likert de quatro pontos (1 = nada pertinente a 4 = muito pertinente).

Percepções sobre possíveis efeitos da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade. Para medirmos estas percepções foram construídos nove itens com base em informação dada por dois técnicos com experiência na área do acolhimento. As respostas eram dadas numa escala de Likert que variava de 1 (não concordo nada) a 5 (concordo totalmente) (ex: “Permitiria uma análise construtiva dos jovens acerca do seu passado em família”).

Questionário de caracterização dos jovens. Este questionário (Anexo D) foi construído para efeitos de caracterização dos jovens da amostra, perguntou-se informação

³ Modelo de Avaliação da Qualidade do Lar de Infância e Juventude (ISS, 2007); Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização Sumária. Instituições de Acolhimento 2006 (ISS, 2007) e Recomendações técnicas para equipamentos sociais - Lar de Infância e Juventude (ISS, 2010b).

sobre o motivo do acolhimento residencial, contacto com a família, género e ao tempo de acolhimento. As respostas eram dadas ou numa escala dicotómica (e.g., sexo: feminino; masculino; acolhimentos anteriores: sim/não), ou numa escala ordinal (ex., motivos), ou foram construídas questões de resposta aberta (ex., outro motivo do acolhimento).

Questionário de Percepções de Estilos Parentais Futuros (QPEPF). Para se conhecer as percepções dos jovens acerca dos estilos parentais foi construído um inquérito por questionário, que corresponde a uma adaptação do Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP) de Carapito, Pedro e Ribeiro (2007, citado por Brás, 2008⁴). Este permite avaliar o que os jovens pensam ser a sua parentalidade futura, tendo por base os três estilos parentais de Baumrind (1966;1968): autoritativo, autoritário e permissivo. Mais concretamente, o QDEP é um instrumento baseado no instrumento original de Hart, Mandleco, Olsen, & Robinson (1995), *Parenting Styles, & Dimensions Questionnaire, PSDQ*, tendo sido validado com uma amostra de 1251 casais/pais (534 pais e 717 mães). Apresentava inicialmente 133 itens e após a redução no número de itens, o instrumento passou a apresentar 62 itens: 27 relativos ao estilo autoritativo ($\alpha = .91$); 20 relativos ao estilo autoritário (consistência interna de $.86$ - *alpha* de *Cronbach*); e 15 relativos ao estilo permissivo (consistência interna de $.75$ - *alpha* de *Cronbach*). Tendo em conta que a correlação dos itens e, conseqüentemente, das dimensões referentes a cada estilo, é elevada, a escala apresentava uma boa consistência interna ($\alpha = .70$).

Os itens que são respondidos numa escala de *Likert* de 1 (*nunca*) a 5 (*sempre*). Este instrumento permite que sejam avaliados os estilos parentais de cada um dos pais, e a percepção que cada um tem sobre as práticas parentais do outro (Hart, et al., 1995). As características psicométricas deste instrumento revelam que é consistente com a tipologia de Baumrind e que é suportada empiricamente, daí ter sido elaborada a adaptação relativamente às percepções. A análise dos dados das percepções dos jovens foi assente numa escala ordinal, pois inclui dados dispostos em ordem, de forma que só se pode avaliar se um dado está em primeiro lugar ou segundo lugar, ou então se um dado é maior ou menor do que o outro, mas não se pode avaliar de quanto é a diferença entre eles (Botelho & Laureano, 2010; Maroco, 2010).

No QPEPF, e uma vez que se trata de uma adaptação do QDEP, foram adaptados os itens deste último instrumento e, da mesma forma, os participantes respondiam numa escala de *Likert* de 5 pontos. Os itens correspondentes ao estilo autoritativo são: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 12,

⁴ Em 2008 esta adaptação ainda se encontrava em fase de estudo, não tendo sido ainda publicada.

14, 18, 21, 22, 25, 27, 29 e 31; os que correspondem ao estilo autoritário são: 2, 4, 6, 10, 13, 16, 19, 23, 26, 28, 30 e 32; finalmente, os que pertencem ao estilo permissivo são: 8, 15, 17, 20 e 24. No presente estudo foi calculada a consistência interna para cada um dos estilos parentais futuros – autoritário, autoritativo e permissivo -, sendo que os itens correspondentes ao estilo autoritativo apresentam uma boa fiabilidade ($\alpha = 0,78$), assim como os do estilo autoritário ($\alpha = 0,77$), embora os itens do estilo permissivo apresentem uma consistência interna um pouco abaixo do aceitável ($\alpha = 0,53$) (Garcia-Marques & Maroco, 2006).

III. Resultados

Os dados obtidos foram tratados no programa de Statistical Pacage for Social Sciences (SPSS, versão 17.0). Serão de seguida apresentadas as análises estatísticas efectuadas e respectivos resultados tendo em conta os objectivos do estudo – explorar as percepções dos jovens em acolhimento residencial acerca do seu estilo parental futuro, em função de algumas variáveis individuais (tempo de acolhimento, género e história de acolhimentos anteriores), variáveis da relação família-jovem acolhido (contacto e tipo de relação com a família de origem) e variáveis dos LIJ (dimensão dos LIJ e regras gerais de funcionamento - acolhimento face ao género).

3.1. O papel do género na percepção do estilo parental futuro.

Para verificarmos se existiam diferenças na amostra entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino foi realizada uma one way ANOVA, colocando-se como factor a variável género e como VD os três estilos obtidos no QPEPF. Os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas para nenhum dos estilos [$F_{\text{autoritativo}}(1, 160) = 2,11, p = 0,15$; $F_{\text{autoritário}}(1, 160) = 1,34, p = 0,25$, $F_{\text{permissivo}}(1, 160) = 0,208, p = 0,65$] em função desta variável, sendo que tanto os jovens do sexo masculino como as jovens do sexo feminino escolhem mais o estilo autoritativo (Quadro 2).

Quadro 2

Média e desvios-padrão dos estilos parentais futuros por género

		M	DP	N
Estilo autoritativo	Jovens do sexo masculino	4,25	0,53	67
	Jovens do sexo feminino	4,38	0,53	94
Estilo autoritário	Jovens do sexo masculino	1,97	0,63	67
	Jovens do sexo feminino	1,86	0,61	94
Estilo permissivo	Jovens do sexo masculino	2,29	0,57	67
	Jovens do sexo feminino	2,25	0,56	94

3.2. Efeito do tempo de acolhimento e do género na percepção do estilo parental futuro.

Para compreendermos o efeito do tempo de acolhimento na percepção que os jovens realizam acerca dos seus estilos parentais futuros, foi feita uma regressão linear simples para cada um dos estilos, colocando sempre como factor a variável “tempo total de acolhimento” e como variáveis dependentes (VD) os estilos autoritativo, autoritário e permissivo. Para além disso, e antes de cada análise, foi realizado um *split file* por género. Em termos gerais, os resultados indicam que quanto maior for o tempo de acolhimento, mais os jovens, independentemente do género, referem escolher o estilo autoritativo e menos os outros dois estilos parentais (autoritário e permissivo), embora os resultados não sejam estatisticamente significativos (Quadro 3).

Quadro 3

Percepção dos estilos parentais futuros de jovens acolhidos de ambos os sexos em função do tempo de acolhimento

		B	P
		<hr/>	
Estilo autoritativo			
	M	0.18	n.s.
	F	0.11	n.s.
<hr/>			
Tempo de acolhimento	Estilo autoritário		
	M	-0.08	n.s.
	F	-.015	n.s.
	<hr/>		
Estilo permissivo			
	M	-0.16	n.s.
	F	-.013	n.s.
<hr/>			

3.3. Efeito da história de acolhimentos anteriores e do género na percepção de estilos parentais futuros.

Fazendo uma análise de variância a mais do que um factor, verifica-se um efeito principal estatisticamente significativo da variável história de acolhimentos anteriores no estilo autoritativo, $F(1, 157) = 3,74, p = 0,05, \eta_p = 0,02$, indicando que são aqueles que não possuem história de acolhimento anterior os que escolhem mais este estilo parental ($M_{\text{sem história}} = 4,4, DP = 0,50; M_{\text{com história}} = 4,24, DP = 0,55$).

3.4. Efeito do contacto estabelecido com a família de origem e do género na percepção do estilo parental futuro.

Para efeitos desta análise, retiraram-se os jovens que estavam interditos de contacto com a família, uma vez que eram apenas três, o que resultou na existência de três grupos: os que têm um suporte familiar regular ($N = 56$), os que têm suporte familiar irregular ($N = 60$) e os que não têm suporte familiar ($N = 42$). Foi, então, realizada uma análise de variância a mais de um factor (two way ANOVA) para cada um dos estilos parentais futuros, cujos resultados indicaram um efeito de interacção entre o género e o tipo de relação mantida com a família de origem para o estilo autoritativo [$F(2,152) = 3,10, p = 0,48, \eta_p = 0,039$], sendo os jovens do sexo masculino que têm suporte familiar irregular os que escolhem mais este estilo ($M = 4,4, DP = 0,09$), por comparação com os jovens do sexo masculino com suporte familiar regular ($M = 4,0, DP = 0,12$) (Figura 3).

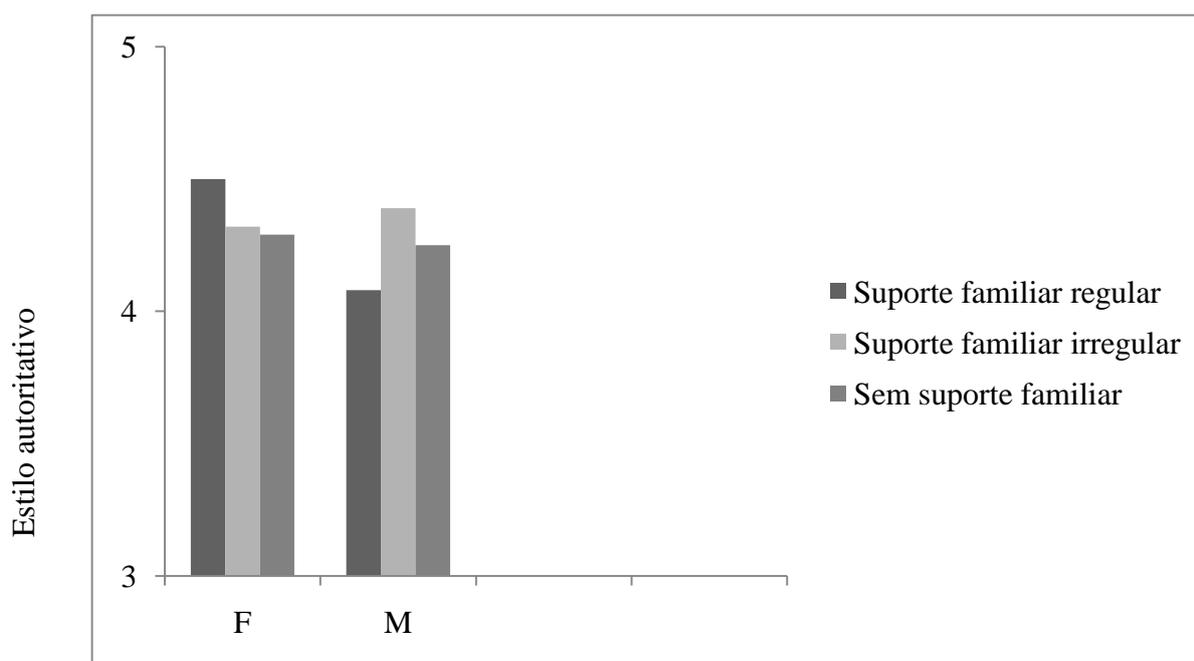


Figura 3. Percepção sobre o estilo parental em função do género e do tipo de relação mantida com a família de origem

Os resultados indicaram também um efeito principal do tipo de relação mantida com a família para o estilo permissivo [$F(2, 152) = 4,15, p < 0,05, \eta_p = 0,052$]; mais concretamente, os resultados dos testes de comparações múltiplas (teste Bonferroni) indicam que esta

diferença reside entre os participantes que têm um suporte familiar regular ($M = 2,41$, $DP = 0,66$) e os que têm um suporte familiar irregular ($M = 2,15$, $DP = 0,46$).

3.5. Efeito do tipo de relação mantido com a família de origem e do género na percepção do estilo parental futuro.

Para averiguar se a percepção de estilos parentais futuros difere em função do género e do tipo de relação mantido com a família de origem⁵ foi feita uma análise de variância a mais de um factor (two way ANOVA) colocando como factor a variável “saídas aos fins-de-semana e férias” e o género e como VD os três estilos parentais. Os resultados desta análise indicam que existe um efeito principal parcialmente significativo da variável “tipo de relação mantida com a família” (saídas durante férias e fins de semana) no estilo permissivo dos jovens [$F(1,157) = 3,55$, $p = 0,06$, $\eta_p = 0,02$], sendo os que apresentam um contacto mais regular com a família aqueles que escolhem um estilo permissivo futuro (Quadro 4).

Quadro 4

Médias e desvios-padrão do estilo parental permissivo dos jovens que passam férias e fins-de-semana com as famílias

		M	DP	N
Estilo permissivo	Saídas fins-de-semana/férias	2,4	0,64	66
	Sem fins-de-semana/férias	2,2	0,50	95

3.6. Efeito da dimensão dos LIJ na percepção do estilo parental futuro

Relativamente ao efeito da dimensão dos LIJ na percepção que os jovens fazem acerca dos estilos parentais futuros, constatámos que existe um efeito parcialmente significativo para o estilo autoritário [$F(2,155) = 2,77$, $p = 0,06$, $\eta_p = 0,035$]. Através dos testes de comparações múltiplas (LSD) verifica-se que a diferença de médias reside entre os LIJ de média dimensão e os de grande dimensão, sendo os jovens acolhidos nos LIJ de grande dimensão aqueles que referem escolher mais o estilo parental autoritário (Quadro 5).

⁵ Esta variável reúne informação sobre se os jovens recebem visitas na instituição das famílias, se saem durante o dia, se saem aos fins-de-semana, ou se saem aos fins-de-semana e férias com estas. Pela análise de frequências descrita para esta variável na caracterização da amostra, verificou-se que 41% dos jovens saem em período de férias e aos fins-de-semana e 59% não o faz. Tendo em consideração a análise de frequências nas outras opções de resposta serem muito díspares (ex., 21,7% faz visitas à instituição por oposição a 78,3% que não o faz), para efeitos de análise será apenas utilizada a opção “saídas durante feias e fins-de-semana”, não sendo possível, estatisticamente, utilizar as outras opções.

Quadro 5

Média e desvios-padrão do estilo parental futuro em função da dimensão dos LIJ

		M	DP	N
Estilo autoritativo	LIJ de pequena dimensão	4,32	0,64	31
	LIJ de média dimensão	4,35	0,50	64
	LIJ de grande dimensão	4,31	0,50	66
Estilo autoritário	LIJ de pequena dimensão	1,85	0,48	31
	LIJ de média dimensão	1,81	0,62	64
	LIJ de grande dimensão	2,02	0,66	66
Estilo permissivo	LIJ de pequena dimensão	2,28	0,52	31
	LIJ de média dimensão	2,25	0,54	64
	LIJ de grande dimensão	2,27	0,61	66

3.7. Efeito do acolhimento face ao género na percepção do estilo parental futuro

Para efeitos desta análise, foi realizada uma one way ANOVA, constatando-se que existe um efeito principal estatisticamente significativo do acolhimento face ao género⁶ na percepção do estilo parental autoritário [$F(2,158)=5,52; p = p < 0,01$], verificando-se, através de testes de comparações múltiplas (LSD) que a diferença de médias se verifica entre os três tipos de LIJ. Tal como se pode verificar pela Figura 4, são os jovens que residem em LIJ misto que escolhem menos este estilo e os LIJ que acolhem apenas jovens do sexo masculino os que escolhem mais um estilo autoritário futuro ($M_{\text{misto}} = 1,76, DP = 0,57$); $M_{\text{feminino}} = 1,99, DP = 0,61$; $M_{\text{masculino}} = 2,14, DP = 0,67$).

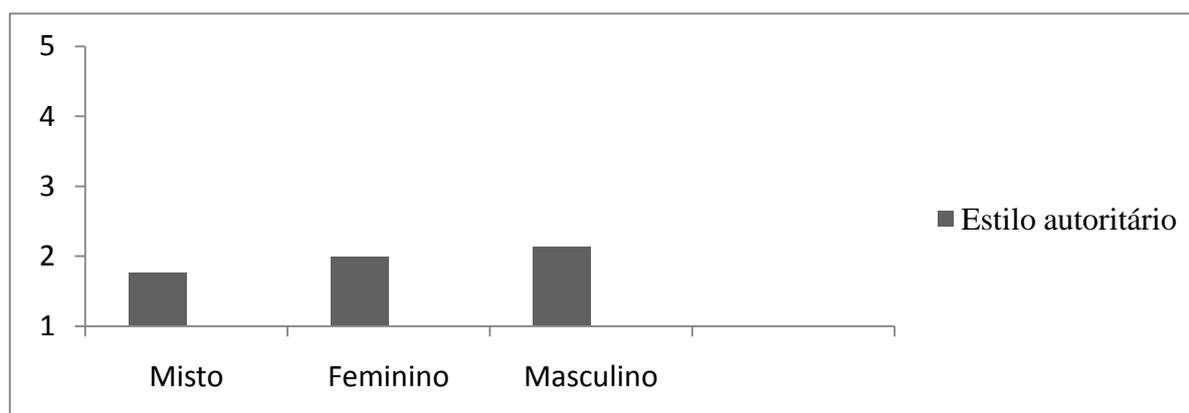


Figura 4. Estilo parental autoritário (futuro) em função do acolhimento face ao género.

⁶ LIJ mistos, femininos, ou masculinos.

Um outro objectivo do presente estudo consistiu em averiguar as atitudes dos LIJ (técnicos) relativamente à pertinência da implementação de um programa de parentalidade para os jovens acolhidos, bem como a percepção sobre possíveis os efeitos de tal programa nestes jovens, pelo que apresentamos de seguida esses mesmos resultados.

3.8. Atitude dos técnicos relativamente à pertinência da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade para os jovens em acolhimento residencial.

De acordo com a opinião da maior parte dos técnicos das instituições, seria muito pertinente (53.4%) a existência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens ($M = 3,50$; $DP = 0,56$) (ver Figura 5).

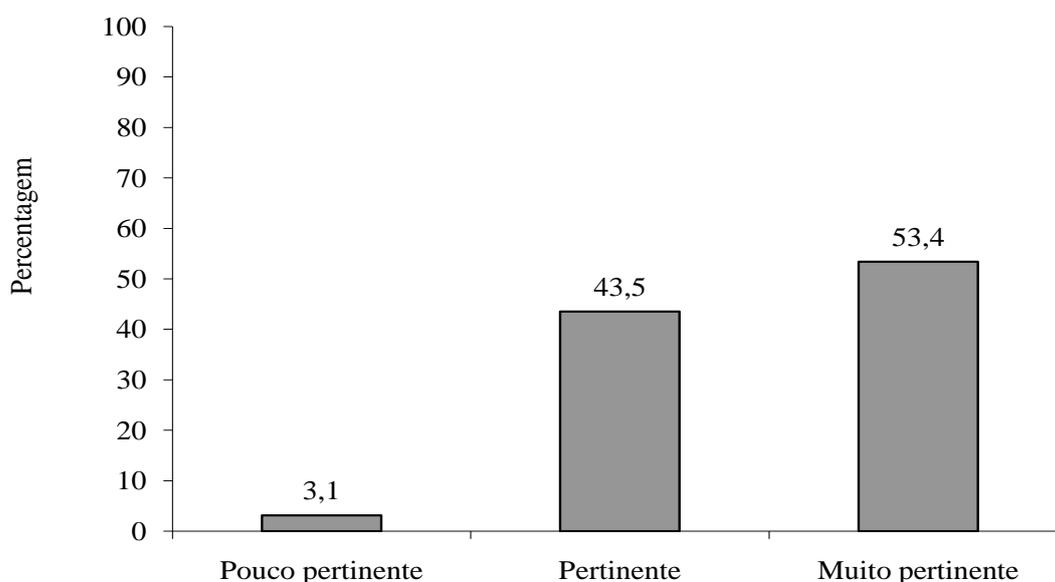


Figura 5. Pertinência de um programa de competências parentais futuras

3.9. Efeitos da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade para os jovens em acolhimento residencial.

Os principais efeitos da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade, segundo os técnicos das instituições cooperantes são: a compreensão sobre as consequências da parentalidade ($M = 4,70$, $DP = 0,46$), a informação relativa aos estilos parentais ($M = 4,61$, $DP = 0,49$), evitar a perpetuação de estilos parentais vivenciados ($M = 4,08$, $DP = 0,82$), seguindo-se de uma análise crítica dos jovens acerca do seu passado

em família ($M = 4,19$, $DP = 0,61$) e uma análise construtiva do passado familiar ($M = 4,06$, $DP = 0,67$) (Quadro 6).

Quadro 6

Média e desvios-padrão da percepção dos técnicos acerca de um programa de competências parentais destinadas aos jovens em acolhimento residencial

	M	DP	N
Permitiria evitar a perpetuação de estilos parentais vivenciados	4,08	0,82	24
Poderia fazer com que os jovens revivessem situações passadas, o que os poderia prejudicar em termos emocionais	2,23	0,93	24
Permitiria promover uma melhor compreensão sobre as consequências da parentalidade nas crianças/filhos	4,70	0,46	24
Permitiria uma análise crítica dos jovens acerca do passado em família	4,19	0,61	24
Poderia despertar uma vontade prematura em serem pais	1,55	0,87	24
Não parece ser um tema que lhes desperte interesse	1,76	0,95	24
Permitiria que os jovens estivessem mais informados sobre diferentes estilos parentais	4,61	0,49	24
Permitiria uma análise construtiva dos jovens acerca do seu passado em família	4,06	0,67	24
Uma formação não parece ser uma estratégia de prevenção de estilos parentais desadequados	1,64	0,93	24

IV. Discussão

O objectivo principal do presente estudo consistia em complementar os estudos sobre a realidade dos jovens em acolhimento residencial e, principalmente, no que diz respeito às percepções sobre os seus estilos parentais futuros, seguindo a tipologia de Baumrind (1966; 1968). Esta questão mereceu-nos particular interesse por não existirem trabalhos empíricos nesta temática, pelo que este estudo se revestiu de um carácter exploratório.

Através da análise dos resultados, podemos constatar que a escolha por diferentes estilos parentais futuros varia em função de um conjunto diferente de variáveis. Em termos gerais todos os jovens dizem vir a ser mais autoritativos. Este resultado poderá, no entanto, sugerir alguma desejabilidade social nas respostas dos participantes. Analisando de forma mais detalhada, verifica-se que a percepção de que futuramente estes jovens vão optar por um estilo parental autoritativo parece variar, tendencialmente, em função do tempo de acolhimento, no sentido em que quanto maior for o tempo de acolhimento destes jovens, mais eles referem escolher o estilo autoritativo. Apesar deste resultado não ser estatisticamente significativo, consideramos que o mesmo poderá indicar uma tendência de resposta pertinente, podendo levar, em parte, a colocar como hipótese que o acolhimento se pode constituir como um factor protector, na medida em que oferece um padrão educativo diferente do vivenciado na família biológica, podendo transmitir práticas educativas mais adequadas que vão quebrar uma imagem familiar deturpada adquirida no período pré-acolhimento, conforme referem vários autores (e.g., Gomes, 2005; Strecht, 2001; Vitali, 2004). Também Beherns, Dhalberg, Dhawn e Toal (2005) defendem que alguns dos factores de risco resultam, de certa forma, da proximidade entre vítimas e agressores e tendo em conta que os jovens foram acolhidos devido a problemas de origem familiar (e.g., falta de segurança e protecção psicológica, mau trato físico, inexistência de cuidados de saúde física e mental e higiene corporal, entre outros), o afastamento da família biológica e acolhimento em instituição poderá ter um efeito importante na percepção de estilos parentais futuros destes jovens. Esta reflexão permite também explicar, pelo menos em parte, um outro resultado: o efeito de interacção entre o género e o tipo de relação mantida com a família de origem para o estilo, indicando que são os jovens acolhidos do sexo masculino que têm suporte familiar irregular, por comparação com os que têm esse suporte de forma irregular, os que escolhem mais este estilo.

A escolha por um estilo autoritativo futuro parece ainda variar em função da história de acolhimento. Mais concretamente, são os jovens que não possuem história de acolhimento

anterior os que escolhem mais um estilo parental autoritativo. À semelhança do que é referido por Tinoco (2007), esta percepção pode estar relacionada com o facto de nas instituições anteriores ter havido pouco investimento nas relações e intervenções, pelo facto do acolhimento ser, em teoria, provisório; por outro lado, nas instituições em que a criança/jovem tem um tempo de permanência maior, é mais frequente encontrar um projecto de desenvolvimento mais elaborado, havendo a possibilidade de se estabelecerem relações afectivas mais estáveis. Estas instituições, que interrompem a sequência de rompimentos, instabilidade e insegurança, são aquelas que mais alcançam resultados positivos no que se refere ao bom desenvolvimento da criança.

A percepção de que optarão por um estilo parental permissivo no futuro parece estar dependente de variáveis da relação família-jovem acolhido, uma vez que os resultados indicam que são os jovens que apresentam um suporte familiar regular (famílias que estabelecem um contacto continuado, por exemplo, semanal, com o jovem), por oposição aos que possuem um suporte familiar irregular (famílias que estabelecem um contacto esporádico com o jovem) e os que estão com a família biológica aos fins-de-semana e férias, os que referem vir a ser mais permissivos. Estes dois resultados poderão, em parte, ser explicados pelo facto dos pais sentirem a necessidade de compensarem os seus filhos pela sua ineficácia em termos parentais. Tal como Silva (2008) refere

A inexistência de um projecto parental que sustente na prática a educação de um novo ser, é comum aos progenitores destas crianças. Esta falta de estrutura psicológica e incapacidade de pensar desencadeiam inconstância parental, sentimentos de necessidade de compensação ou *in extrimis* negligência parental (p.1).

Ainda segundo a mesma autora, a escassa presença dos pais e falta de dedicação compensada pela excessiva permissividade fazem com que os pais percam o seu próprio papel parental, sendo incapazes de transmitir mensagens coerentes aos seus filhos e no que diz respeito a famílias desestruturadas a relação baseia-se em negociação, consentindo e cedendo a tudo. Ainda, e considerando o estudo de Cunha (2005) acerca das opiniões, representações e percepções em relação à família, à institucionalização e à adopção de crianças e jovens institucionalizadas, no que diz respeito às funções da família, as crianças e jovens deste estudo tenderam a perspectivar, globalmente, a família enquanto provedora de divertimento e convívio, atribuindo, em primeiro lugar, uma função recreativa à família, o que poderá estar associado a uma percepção da família como uma entidade que existe apenas para concretizar o que desejam, sem regras nem imposições de natureza educativa.

Finalmente, a percepção por um estilo autoritário futuro parece variar em função de características dos LIJ, nomeadamente da dimensão e do tipo de acolhimento (ex., acolhimento exclusivamente masculino). Mais concretamente, observou-se que são os jovens acolhidos em LIJ de grande dimensão que escolhem tendencialmente mais este estilo parental, e que são os jovens em LIJ de acolhimento exclusivamente masculino que referem escolher mais este estilo. O primeiro resultado reveste-se de particular interesse se tivermos em conta os resultados de alguns estudos (e.g., Antunes, 2005; ISS, 2007, 2010; Martins 2004; Martins, 2005a) que defendem a diminuição dos centros de acolhimento para crianças/jovens de grande dimensão, organizando-se em subunidades de tipo familiar, de forma a permitir uma proximidade maior entre os adultos que aí trabalham e os menores que aí residem, sendo uma relação mais íntima e familiar, que possa transmitir valores e estilos educacionais mais adequados. O segundo resultado é, também, coerente com alguns estudos já referidos anteriormente (e.g., Aquilino, Madigan, & Winsler, 2005; Conrade & Ho, 2001; Hart, et al., 1995) que referem a tendência dos homens para o estilo autoritário. Ainda, o facto dos jovens em acolhimento masculino terem pouco convívio com pares do sexo feminino (cuja tendência é para o estilo autoritativo ou permissivo) no seio da instituição, tendo em conta que o homem é encarado como mais emancipado e disciplinador (e.g., Bem, 1981; Bolsoni-Silva & Marturano, 2008; Lobo, 2009; Pacheco, Schneider, & Silveira, 2008), pode causar um enviesamento da sua noção de parentalidade, o que se poderá vir a traduzir, efectivamente, pela escolha por um estilo parental autoritário.

No que diz respeito ao segundo objectivo do presente trabalho, e mais concretamente relativo às atitudes dos técnicos sobre a pertinência de programas de preparação para a parentalidade, os resultados vão ao encontro da literatura (e.g., Girolametto et al., 1999; Weber, 2004), uma vez que a maioria destes técnicos tem uma atitude positiva face aos mesmos, considerando que este tipo de programas poderá permitir um melhor conhecimento sobre os estilos parentais (e compreensão sobre as consequências da parentalidade), dotando os jovens de conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e a competência de suas crianças (a informação relativa aos estilos parentais) e a intergeracionalidade de comportamentos parentais (evitar a perpetuação de estilos parentais vivenciados).

V. Conclusões

Em termos gerais, e ainda que de forma modesta, este trabalho visa contribuir para o conhecimento científico sobre os estilos parentais e para o estabelecimento de políticas sociais que orientem os profissionais que trabalham, na área da infância e juventude, para a importância da parentalidade futura das crianças/jovens acolhidos em instituições. Apesar de globalmente os jovens considerarem que aquando do exercício da sua parentalidade optarão por um estilo autoritativo, os nossos resultados permitem-nos salientar a importância de se trabalharem variáveis individuais, da relação família-jovem acolhido e das próprias instituições (LIJ), uma vez que as mesmas poderão ter um impacto futuro importante e no que aos estilos parentais diz respeito. Julgamos que estes resultados poderão ser, assim, um importante ponto de partida para uma reflexão que os técnicos que trabalham com jovens institucionalizados deverão começar a fazer, no sentido de se repensarem estratégias de intervenção mais eficazes que possam prevenir a adopção de estilos parentais desadequados dos jovens em acolhimento residencial, no futuro. De facto, é visível o interesse dos profissionais nesta matéria, sendo as respostas dadas pelos responsáveis dos LIJ um indicador relevante da necessidade e da carência de programas de formação parental futura a estes jovens.

A avaliação rigorosa dos resultados da pesquisa aqui realizada e da contribuição desta para a teoria exige que sejam, também, explicitadas algumas das limitações que consideramos terem surgido nesta investigação. A primeira limitação teve a ver com o horizonte temporal definido para a sua execução, sendo os prazos impostos limitativos para um alargamento da investigação em termos teóricos e práticos. Em segundo lugar, no que concerne às respostas maioritariamente dadas pelos jovens, as respostas dos inquiridos podem ter sido constrangidas por uma desejabilidade social, embora tenha sido explicada e salvaguardada a confidencialidade e anonimato dos dados dos jovens. Nestes casos, torna-se difícil, a quem é exposto a um inquérito, ter uma opinião distanciada dos seus desejos, conforme vários estudos têm vindo a observar (e.g., Agapito & Sousa, 2010; Cláudio & Mendes, 2010; Madureira, 2006). Apesar do nosso interesse inicial pela variável rácio adulto-jovem acolhido, não nos foi possível usar esta informação uma vez que a colocámos como questão de resposta aberta, o que originou um conjunto muito heterogéneo de respostas, pelo que em estudos futuros se deverá pensar numa outra forma de medir esta variável (ex., com opções de resposta).

No decorrer da investigação, percebemos, também, que poderia ter havido alguma vantagem em ter-se realizado, num primeiro momento, um estudo qualitativo, realizando entrevistas com jovens em acolhimento residencial, para compreender de forma mais detalhada as suas percepções sobre diferentes estilos parentais futuros. Uma vez que não nos foi possível analisar a variável “motivo de acolhimento” este estudo qualitativo poderia ser feito com jovens que tivessem sido acolhidos por motivos diferentes para se proceder a uma análise comparativa (e.g., jovens vítimas de mau trato (físico e psicológico), jovens vítimas de negligência e/ou, jovens vítimas de abuso sexual). Apesar do interesse por esta variável, importa ressaltar que esta questão é sempre complexa, uma vez que os motivos nem sempre são “puros”, ou seja, conforme a literatura nos esclarece (e.g., Calheiros, 2006; Menezes et al., 2011) as crianças/jovens vítimas de mau trato podem ter vários tipos de mau trato associados à sua história de vida - por exemplo, o mau trato psicológico é transversal a vários tipos de mau trato.

Dada a escassez de estudos na área do acolhimento de menores, e tendo em conta o que foi aqui explorado, parece-nos pertinente sugerir um estudo longitudinal que cruze os dados já recolhidos, de forma a compreender se, de facto, o estilo parental percebido no presente irá ser o adoptado por estes jovens no futuro.

Também nos parece pertinente sugerir a possibilidade de ser realizado um estudo acerca da adequação de programas de competência parental em jovens em risco, alargado às suas famílias biológicas, de forma a colmatar falhas ao nível da sua parentalidade.

Tendo em conta que o tempo de acolhimento se poderá revestir como uma variável importante, entendemos que seria adequado investigar de forma mais aprofundada esta variável e encontrar algumas variáveis que moderassem a relação entre o tempo de acolhimento e a escolha pelos diferentes estilos parentais, e que se consituam como factores compensatórios para estes jovens.

Também nos parece pertinente que, em estudos futuros, se possam analisar outras variáveis das instituições de acolhimento, nomeadamente os valores da própria instituição.

Os ganhos advindos com novos estudos na área do acolhimento residencial e estilos parentais poderão fortalecer as práticas profissionais, fomentando medidas preventivas no que concerne à parentalidade.

Fontes

Council of Europe, Committee of Ministers (1977). Resolution (77) 33 on placement of children. Adopted by the Committee of Ministers on 3 November 1977, at the 277th meeting of the Ministers' Deputies.

Decreto-Lei n.º 2/86 de 2 de Janeiro

Lei 147/99 de 1 de Setembro - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Referências

- Agapito, S. & Sousa, F. (2010). A influência da satisfação profissional no absentismo laboral. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 28(2), 132-139. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpsp/v28n2/v28n2a04.pdf>
- Alarcão, M. & Melo, A. (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64.
- Alves, H. & Emmel, M. (2008). Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas. *Paidéia*, 18 (39), 85-100.
- Antunes, C. (2005). *A narratividade em jovens vítimas de mau trato na infância: estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Especialização em Intervenção Psicológica com Crianças e Adolescentes. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- APSS – Associação dos Profissionais de Serviço Social (2007). Código de Ética. APSS.
- Aquilino, S., Madigan, A., & Winsler (2005). Correspondence between maternal and paternal parenting styles in early childhood. *Early Childhood Research Quarterly*, 20 (1), 1-12.
- Araújo, A. (2003). Percepção dos estilos educativos parentais e ajustamento psicológico do adulto – comparação entre indivíduos com e sem perturbações depressivas. *Paidéia*, 12, 215-227. Portugal: Hospitais da Universidade de Coimbra.
- Azzi, R. G., Bandura, A., Polydoro, S., & cols. (2008). Teoria social cognitiva – conceitos básicos. Artmed. Disponível em: <http://des.emory.edu/mfp/PajaresOlaz2008.pdf>
- Baião, C. (2008). *Aliança parental e estilos parentais em famílias com e sem crianças autistas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Núcleo de Psicologia Sistémica Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/733/1/17398_Monografia_de_C.pdf
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575-582.
- Bardagi, M., Hutz, C., Pacheco, J., & Reppold, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: Hutz, C. (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=ipJ0BJ-Qu20C&pg=PA7&lpg=PA7&dq=Prevenção+de+problemas+de+comportamento+e+desenvolvimento+de+competências+psicossociais+em+crianças+e+adolescent>
- Bardagir, M. & Hutz, C. (2006). Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. *Psico-USF*, 11(1), 65-73.
- Barker, G., Nascimento, M., & Segundo, M. (Eds.) (2008). *Práticas familiares e participação infantil a partir da visão de crianças e adultos: um estudo exploratório na América Latina e no Caribe*. Rio de Janeiro: 7letras.
- Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs. authoritative parental control. *Adolescence*, 3:11, 255-272.

- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- BEIP Core Group, Fox, N. A., Johnson, D. E., Koga, S. F., Marshall, P.J., Nelson, C.A., Smyke, A. T. & Zeanah, C. H. (2007). The caregiving context in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(2), 210–221. Disponível em: <http://www.education.umd.edu/EDHD/faculty/Fox/publications/78.pdf>
- Bem, S. (1981). Gender schema theory: a cognitive account of sex typing. *Psychological Review*, 88 (4), 345-364.
- Bernardi, M., Salvador, A., Selig, G., & Weber, L. (2006). Continuidade dos Estilos Parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16 (35), 407-414. Paraná: Universidade Federal do Paraná.
- Biglan, A. & Taylor, T. (1998). Behavioral family interventions for improving child-rearing: a review of the literature for clinicians and policy makers. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1, 41-60. Disponível em: <http://www.indiana.edu/~cafisi/pdf/Taylor%20T%20-%20Biglan%20A%20-%201998.pdf>
- Boeckel, M. & Sarriera, J. (2006). Estilos parentais, estilos atribucionais e bem-estar psicológico em jovens universitários. *Crescimento Desenvolvimento Humano*, 16(3), 53-65.
- Bolsoni-Silva, A. & Marturano, E. (2008). Habilidades Sociais Educativas Parentais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. *Aletheia*, 27(1), 126-138.
- Bolsoni-Silva, A., Rosin-Pinola, A., Salina-Brandão, A., & Versuti-Stoque, F. (2008). Avalia o de um programa de interven o de habilidades sociais educativas parentais: um estudo-piloto. *Psicologia, ciência e profissão*, (Online), 28 (1), 18-33. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n1/v28n1a03.pdf>
- Botelho, M. & Laureano, R. (2010). *SPSS, o meu manual de consulta rápida* (1.  edic o). Lisboa: Edi es Sílabo, Lda.
- Bowlby, J. (1951). *Maternal care and mental health*. Geneva, Switzerland: World Health Organisation. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/monograph/WHO_MONO_2_\(part1\).pdf](http://whqlibdoc.who.int/monograph/WHO_MONO_2_(part1).pdf)
- Bowlby, J. (1993a). *Separa o, angústia e raiva – volume 2 da trilogia Apego e perda* (2.  edic o). São Paulo: Martins Fontes Editora Lda.
- Bowlby, J. (1993b). *Perda, tristeza e depressão – volume 3 da trilogia Apego e perda* (1.  reimpressão). São Paulo: Martins Fontes Editora Lda.
- Branco, E., Chaves, M., Jardim, H., Laranjeira, A., Leça, A., Menezes, B, Oliveira, D., Perdigão, A., Prazeres, V., Velez, C., & Veloso, C. (coord.) (2011). *Mau trato em crianças e jovens – guia prático de abordagem, diagnóstico e interven o. Ac o de Saúde para Crianças e Jovens em Risco*. Edi o: Direc o-Geral da Saúde Divisão de Comunica o e Promo o da Saúde no Ciclo de Vida.
- Brandenburg, O., Prado, P.M., Viezzer, A. P., & Weber, L. N. (2004). Identifica o de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 323-331.

- Brandenburg, O., Stasiack, G., & Weber, L. (2003). Percepção da interação familiar e auto-estima de adolescentes. *Aletheia*, 17/18, 95-105.
- Brannan, C., Gallagher, B., Jones, R., & Westwood, S. (2004). Good practice in the education of children in residential care. *British journal of social work*, 34, 1133-1160.
- Brás, P. (2008). *Um olhar sobre a parentalidade (estilos parentais e aliança parental) à luz das transformações sociais actuais*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia - Secção de Psicologia Clínica e da Saúde. Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica da Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Brody, L. (2000). The socialization of gender differences in emotional expression: display rules, infant temperament, and differentiation. In Fisher, A. (Ed.). *Gender and emotion – social psychological perspectives* (pp. 24-47). Cambridge University Press. Disponível em: http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=tS1C8S15ysEC&oi=fnd&pg=PA24&dq=sex+differences+in+socialization&ots=ginlzzw_b2&sig=Fcd5GgKL_vCRiZTA2kguFjnLfic#v=onepage&q=sex%20differences%20in%20socialization&f=false
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22 (6), 723–742. Disponível em: <http://rinaldipsych.synthasite.com/resources/Bronfenbrenner.pdf>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press.
- Browne, K. (2009). The Risk of Harm to Young Children in Institutional Care. Published by Save the Children. London. UK. Disponível em: http://www.crin.org/docs/The_Risk_of_Harm.pdf
- Browne, K., Hamilton, G., & Johnson, R. (2006), Young Children in Institutional Care at Risk of Harm. *Trauma, Violence & Abuse*, 7 (1), 34-60.
- Bullock, R., Clough, R., & Ward, A. (2006). Literature review for Marist Youth Care. What works in residential care? London: Institute of Child Protection Studies.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência: do senso-comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Camp, J. & Finkelstein, N. (1997). Parenting training for women in residential substance abuse treatment: Results of a demonstration project. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 14(5), 411–422. Disponível em <http://www.deepdyve.com/lp/elsevier/parenting-training-for-women-in-residential-substance-abuse-treatment-3v69hJsPrK?key=elsevier>
- Campos, A. (2006). *Estilo parental percebido e desempenho escolar de adolescentes no ensino médio de duas escolas da rede pública e privada da cidade do Salvador(Bahia)*. *Revista Lusófona de Educação*, (Online), 7, 192-192.
- Canavarro, M. (1999). Relações afectivas e saúde mental, uma abordagem ao longo do ciclo da vida. Quarteto Editora.
- Carvalho, M. (2007). *Perspectivas sobre a influência parental na execução de planos de carreira no ensino secundário*. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Especialização em Psicologia Escolar. Braga: Universidade do Minho.

- Cavalcanti, A (2002). Maus-tratos infantis: aspectos históricos, diagnóstico e conduta. *Pediatria Moderna*, 38 (9), 421-426. Disponível em: http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=2111
- Cecconello, A. De Antoni, C, Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Chen, X., Li, D., & Liu, M. (2000). Parental warmth, control, and indulgence and their relations to adjustment in Chinese children. A longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, 14(3), 401-419. Disponível em: <http://www.mendeley.com/research/parental-warmth-control-indulgence-relations-adjustment-chinese-children-longitudinal-study-1/>
- Christiansen, S. & Keith, P. (1997). Parenting styles. In Thomas A., Bear, G., & Minke, K., (Eds.), *Children Needs II: Development, Problems and Alternative*, 559-566. Bethesda MD: National Association of School Psychologists. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED417371.pdf>
- Clark, R., Morton, J., & Pead, J. (1999). *When care is not enough*. Melbourne: Department of Human Services, Victoria. Disponível em: http://www.cyf.vic.gov.au/data/assets/pdf_file/0003/34527/when-care-not-enough.pdf
- Cláudio, V. & Mendes, E. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível em http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiForense_6.pdf
- CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social & CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2008). Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/conanda_acolhimento.pdf
- Community Services Commission. (1999). *Keeping connected: contact between children in care and their families*. Sydney: Community Services Commission.
- Conrade, G. & Ho, R. (2001). Differential parenting styles for father and mothers: differential treatment for sons and daughters. *Australian Journal of Psychology*, 53 (1): 29-35.
- Costa, F., Gomes, W., & Teixeira M. (2000). Responsividade e exigência: Duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (3), 465-47.
- Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 55-64. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n1/v22n1a06.pdf>
- Cunha, S. (2005). *Representações e percepções sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados*. Tese de Licenciatura em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Darling, N., Dornbusch, S., Lamborn, S., & Steinberg, L., (1992). Impact of parenting practices on adolescent achievement: authoritative parenting, school involvement, and encouragement to succeed. *Child Development*, 63, 1266-1281.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- Dias, M. (2010). *Planos de investigação. Avançando passo-a-passo*. Edição de autor.

- Dilorio, C., Dudley, W., & Miller, J. (2002). Parenting Style and adolescent's reaction to conflict: is there a relationship?. *The Journal of Adolescent Health, 31* (6), 463-8.
Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:f32d-dR5cCgJ:libres.uncg.edu/ir/uncg/f/W_Dudley_Parenting_2002.pdf+Parenting+style+and+adolescent's+reaction+to+conflict:+is+there+a+rel
- Dupas, G. & Zem-Mascarenhas, S. H. (2001). Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Revista da Escola de Enfermagem USP, 35*(4), 413-9.
- Esteves, A. (2010). *Estilos parentais e coparentalidades: Um estudo exploratório com casais portugueses*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Disponível em:
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2440/1/ulfp035821_tm.pdf.
- Fein, E., Maluccio, A., & Olmstead, K.A. (1986). *Permanency planning for children: concepts and methods*. London: Tavistock publications. Disponível em:
<http://books.google.pt/books?id=ljoOAAAAQAAJ&pg=PA3&lpg=PA3&dq=Maluccio,+A.N.,+Fein,+E.+Permanency+planning+for+children:+concepts+and+methods&source=bl&ots>
- Ferreira, F. & Pinho, P. (2009). *Psicanálise e teoria da vinculação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Lisboa: Instituto Superior Miguel Torga.
- Frizzo, G. B., Marin, A. H., Oliveira, E. A., Pires, F. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15* (1), 1-11.
- Galinha, S. (2008). *Do Modelo Integrativo do Bem-Estar na Construção Psicológica à Inovação em Educação*.
- Garcia-Marques, T. & Maroco, J. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia, 4*(1), 65-90. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível em:
[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204\(1\)%20-%2065-90.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204(1)%20-%2065-90.pdf)
- Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento antisocial. In Alberto, I., Fonseca, A., Albuquerque, C., Ferreira, G., & Rebelo, J. (Eds.), *Comportamento anti-social: escola e família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Giordano P., Longmore M., & Manning W. (2004). *The Changing Institution of Marriage: Adolescents' Expectations to Cohabit and Marry*. Paper presented at the 2004 Social Capital Foundation Conference in Brussels, Belgium. Disponível em:
<http://www.bgsu.edu/downloads/cas/file35712.pdf>
- Girolametto, L., Kaiser, A., MacDonald, J., Mahoney, G., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D (1999). Parent Education in Early Intervention: A Call for a Renewed Focus. *Topics in Early Childhood Special Education, 19* (3), 147-149. Disponível em:
<http://www.highbeam.com/doc/1G1-56950900.html>
- Gleitman, H. (1993). *Psicologia*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, M. (coord.) (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: ISCTE - IUL.

- Green, S., Liddell, M., Liddell, M., & Maunder, D. (1999). *Young people leaving care and protection*. Hobart: Australian Clearinghouse for Youth Studies. Disponível em: http://www.dest.gov.au/NR/rdonlyres/5335E364-1F56-450B-B5D0-4232FBD4BFC1/21817/care_protection.pdf
- Harkness, S. & Super, C. (1996). *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions, and consequences*. New York: The Guilford Press. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=yWfTqRKXqDcC&pg=PA560&lpg=PA560&dq=Parents'+cultural+belief+systems:+Their+origins,+expressions,+and+consequences&source=bl&ots=l4rMR>
- Hart, C., Mandlaco B., Olsen, S., & Robinson, C. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices: development of a new measure. *Psychological Reports*, 77, 819-830.
- Hein, C. & Lewko, J. (1994). Gender differences in factors related to parenting style: a study for high performing science students. *Journal of Adolescence Research*, 9 (2), 262-281.
- Hipólito, J., Jesus, S., & Pires, M., (2010). Questionário de Estilos Parentais para Pais: Validação Preliminar. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Minho: Universidade do Minho.
- Instituto da Segurança Social - ISS, I.P. (2007). *Modelo de Avaliação da Qualidade do Lar de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social – ISS, I.P. (2010a). *Plano de intervenção imediata - relatório de caracterização de crianças e jovens em situação de acolhimento em 2009*. Instituto de Segurança Social, I.P.
- Instituto de Segurança Social – ISS, I.P. (2007). *Plano de intervenção imediata - relatório de caracterização sumária. Instituições de Acolhimento 2006*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social – ISS, I.P. (2010b). *Recomendações técnicas para equipamentos sociais - Lar de Infância e Juventude*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Lima, L. (2006). *Os Maus-Tratos Infantis*. Curso de Pós-Graduação em Prevenção dos Maus-Tratos a Menores. Centro de Estudos Multiculturais. Disponível em: http://www.multiculturas.com/textos/maus-tratos_infantis_Licinia-Lima.pdf
- Lobo, C. (2009). Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. *Sociologia, problemas e práticas*, 59, 45-74.
- Madureira, C. (2006). A formação comportamental dos Quadros Superiores da Administração Pública portuguesa. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 39, 52-67. Disponível em http://www.cedefop.europa.eu/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/446/39_pt_ma_dureira.pdf
- Maia, J. & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103.
- Maroco, J. (2010). *Análise estatística com utilização do SPSS* (3.^a edição). Lisboa: Edições Sílabo.

- Martins, M. (2003). Lawrence Kohlberg: Restaure-se a Moralidade. Desenvolvimento moral e educação, segundo o psicólogo e filósofo americano seguidor de Piaget. *Revista Educação*, 39.
- Martins, P. (2005a). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais. *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, P. (2005b). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade. Encontro “Inadaptação Social : transformações, intervenção e avaliação”. Porto.
- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Minho: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho
- Minge, A., O’Neill, C., & Scott, D. (2005). Contact between children in out-of-home care and their birth families. School of Social Work - University of Melbourne. Commissioned by Centre for Parenting & Research, Funding and Business Analysis NSW Department of Community Services Head Office.
- Pacheco, J., Schneider, A., & Silveira, L. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39 (1), 66-73.
- Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu vivi: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça. Minho: Universidade do Minho.
- Rego, C. (2008). *Crianças e jovens maltratados e suas famílias: uma abordagem clínica e da saúde*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia – especialidade psicologia clínica e da saúde. Lisboa: Universidade aberta.
- Reichert, C. & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38 (3), 292-299.
- Reppold, C. (2001). *Estilo Parental percebido e adaptação psicológica de adolescentes adotados*. Dissertação de Mestrado (não publicada) do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000339902&loc=2002&l=6ae0c2e103af801f>
- Ribeiro, M. (2003). *Ser família: construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Escolar. Minho: Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/728/1/Dissertacao.pdf>
- Rodrigues, D. (2006). *Um olhar de sofrimento: Comportamentos e atitudes de crianças vítimas de maus-tratos residentes num Centro de Acolhimento: cinco estudos de caso*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

- Sá, I. (1997). Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Santos, M. (1969). Família e "socialização": um aspecto da evolução social contemporânea. *Análise social*, 7 (25/26), 67-84.
- Silva, S. (2008). *Papel parental em perturbações do comportamento infantil*. Trabalho de investigação de Licenciatura de Psicologia Clínica. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0100.pdf>
- Stephens, M. (2009). *Gender differences in parenting styles and effects on the parent-child relationship*. University Honors Program. Texas State University-San Marcos, University College.
- Strecht, P. (2001). *Preciso de ti. Perturbações psicossociais em crianças e adolescentes* (2.^a edição). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Tinoco, V. (2007). *O luto e instituições de abrigo: um desafio para cuidadores temporários*. Dissertação da Pós Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de São Paulo. Disponível em http://www.caf.org.br/paginas/biblioteca/disserta_valeria_tinoco.pdf
- Vitali, I. (2004). *Como nossos pais? – a transmissão intergeracional dos estilos parentais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência. Paraná: Universidade Federal do Paraná.

ANEXOS

ANEXO A

**PERCENTAGEM DE JOVENS QUE FORAM ACOLHIDOS COM BASE EM
DIFERENTES MOTIVOS**

Quadro 1

Percentagem de jovens que foram acolhidos com base em diferentes motivos

Motivo do acolhimento do jovem	Resposta dada pelos técnicos dos LIJ	Frequência	Percentagem
Mau trato físico	Sim	42	26,1
	Não	119	73,9
Falta de segurança e protecção psicológica	Sim	82	50,9
	Não	79	49,1
Inexistência de reforço positivo	Sim	30	18,6
	Não	131	81,4
Existência de avaliações irrealistas e demasiado negativas, tendo em conta o nível de desenvolvimento da criança	Sim	3	1,9
	Não	158	98,1
Autonomia desapropriada à idade	Sim	18	11,2
	Não	143	88,8
Não frequência em estabelecimento escolar	Sim	12	7,5
	Não	149	92,5
Envolvimento da criança em actividades Ilegais	Sim	5	3,1
	Não	156	96,9
Abuso Sexual	Sim	8	5,0
	Não	153	95,0
Alimentação desadequada	Sim	34	21,1
	Não	127	78,9
Vestuário sujo/desapropriado ao clima/ impossibilitava os movimentos	Sim	24	14,9
	Não	137	85,1

Percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros

Condições habitacionais desadequadas	Sim	52	32,3
	Não	109	67,7
Inexistência de cuidados de saúde física e mental e higiene corporal	Sim	42	26,1
	Não	119	73,9
Inexistência de certificação acerca da segurança das actividades da criança	Sim	34	21,1
	Não	127	78,9
Inexistência de acompanhamento adequado da criança na ausência dos pais/cuidadores, ficando entregue a pessoas que não podiam assegurar as suas necessidades	Sim	60	37,3
	Não	101	62,7
Inexistência de reconhecimento acerca das necessidades de desenvolvimento da criança, não havendo supervisão para que a criança não corresse qualquer risco	Sim	54	33,5
	Não	107	66,5
Abandono	Sim	23	14,3
	Não	138	85,7
Orfandade	Sim	20	12,4
	Não	141	87,6
Ausência temporária de suporte familiar	Sim	16	9,9
	Não	145	90,1
Refugiado de guerra	Sim	1	0,6
	Não	160	99,4
Acordo de saúde ao abrigo dos PALOP	Sim	7	4,3
	Não	154	95,7

ANEXO B

CONSENTIMENTO INFORMADO DO RESPONSÁVEL PELO MENOR



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR)

Eu, _____
responsável pelo(a) menor _____,
declaro que fui informado/a sobre todos os procedimentos de pesquisa em questão e que recebi, de forma clara e objectiva, todas as questões pertinentes acerca do estudo ***“Percepções dos jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros”***.

Asseguro, ainda, que fui informado/a de que tenho o direito de não aceitar que o jovem supracitado/a participe da investigação em questão e, caso o permita, que todos os dados identificativos do jovem em questão serão mantidos de forma confidencial para efeitos de investigação.

Assim, consinto que o jovem a meu cargo participe no estudo.

Data: ____/_____/2011

(Assinatura do(a) responsável pelo(a) menor)



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO (Duplicado)

(RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR)

Eu, _____
responsável pelo(a) menor _____,
declaro que fui informado (a) sobre todos os procedimentos de pesquisa em questão e que
recebi, de forma clara e objectiva, todas as questões pertinentes acerca do estudo ***“Percepções
dos jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros”***.

Asseguro, ainda, que fui informado/a de que tenho o direito de não aceitar que o
jovem supracitado/a participe da investigação em questão e, caso o permita, que todos os
dados identificativos do jovem em questão serão mantidos de forma confidencial para efeitos
de investigação.

Assim, consinto que a criança/jovem a meu cargo participe no estudo.

Data: ____/_____/2011

(Assinatura do(a) responsável pelo(a) menor)

ANEXO C

**QUESTIONÁRIO DA CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO**

Investigação sobre Estilos Parentais

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, estamos a realizar um trabalho sobre Estilos Parentais. Neste sentido vimos solicitar a sua colaboração para o preenchimento do seguinte inquérito. Neste sentido, pedimos que responda a todas as questões que lhe apresentamos. Lembramos-lhe que as respostas são confidenciais, sendo preservado o anonimato da Instituição; a informação será exclusivamente utilizada para efeitos de investigação.

Caracterização da instituição de acolhimento

Instituição ____

1. Capacidade

N.º total de crianças/jovens acolhidas: _____

N.º total de jovens acolhidos a partir dos 16 anos: _____

2. Acolhimento face ao género:

Feminino

Masculino

Misto

3. Faixa(s) Etária(s) (em anos):

Dos ____ aos ____ anos

4. Rácio Adulto-Criança:

_____ Adulto para cada _____ crianças/jovens

5. Instituição de cariz religioso:

Sim Não

Se sim, qual a religião: _____

6. Até que ponto seria pertinente a existência de um programa de preparação para uma futura parentalidade para jovens?

Nada pertinente

Pouco pertinente

Pertinente

Muito pertinente

6.1. Quais os efeitos da implementação de um programa de preparação para uma futura parentalidade (assinale com uma cruz o quadrado que melhor corresponde à sua opinião):

	1 Não concordo nada	2 Não concordo	3 Sem opinião	4 Concordo parcialmente	5 Concordo totalmente
Permitiria evitar a perpetuação de estilos parentais vivenciados.					
Poderia fazer com que os jovens revivessem situações passadas, o que os poderia prejudicar em termos emocionais.					
Permitiria promover uma melhor compreensão sobre as consequências da parentalidade para as crianças/filhos.					
Permitiria uma análise					

Percepções de jovens em acolhimento residencial acerca dos seus estilos parentais futuros

crítica dos jovens acerca do seu passado em família.					
Poderia despertar uma vontade prematura em serem pais.					
Não me parece que seja um tema que lhes desperte interesse.					
Permitiria que os jovens estivessem mais informados sobre diferentes estilos parentais.					
Permitiria uma análise construtiva dos jovens acerca do seu passado em família.					
Não acho que uma formação possa ser vista como estratégia de prevenção de estilos parentais futuros desadequados.					

Outros

Quais:

Agradecemos a sua colaboração.

ANEXO D

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS

Investigação sobre Estilos Parentais

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, estamos a realizar um trabalho sobre Estilos Parentais Futuros em jovens institucionalizados. Neste sentido vimos solicitar a sua colaboração para o preenchimento do seguinte inquérito, com vista à obtenção de alguma informação sobre os jovens acolhidos nesse Lar de Infância e Juventude.

Nas páginas que se seguem encontra uma ficha de caracterização dos jovens acolhidos nessa Instituição, com 16 ou mais anos. Com este questionário pretendemos conhecer a trajectória de vida de cada jovem, de forma a relacioná-la com as percepções destes acerca dos seus estilos parentais futuros.

Neste sentido, pedimos que responda a todas as questões que lhe apresentamos.

Lembramos-lhe que as suas respostas são confidenciais, sendo preservado o anonimato dos jovens.

CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS

Instituição ___

Jovem ___

1. Dados Pessoais:

Idade: ____ anos Sexo: F M

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

2. Acolhimentos anteriores:

S N

2.1. Se sim, tempo de permanência: ____ anos / ____ meses

3. Tempo de permanência no acolhimento actual:

____ anos / ____ meses

4. Motivo do acolhimento (pode assinalar mais do que um):

- Mau Trato Físico
- Falta de segurança e protecção psicológica
- Inexistência de reforço positivo
- Existência de avaliações irrealistas e demasiado negativas,
tendo em conta o nível de desenvolvimento da criança
- Autonomia desapropriada à idade
- Não frequência em estabelecimento escolar
- Envolvimento da criança em actividades ilegais
- Abuso Sexual
- Alimentação desadequada
- Vestuário sujo/desapropriado ao clima/impossibilitava os movimentos
- Condições habitacionais desadequadas
- Inexistência de cuidados de saúde física e mental e higiene corporal
- Inexistência de certificação acerca da segurança das actividades da criança
- Inexistência de acompanhamento adequado da criança na ausência dos pais
cuidadores, ficando entregue a pessoas que não asseguravam as suas
necessidades
- Inexistência de reconhecimento acerca das necessidades de desenvolvimento da
criança, não havendo supervisão para que a criança não corresse perigo
- Abandono
- Orfandade

- Ausência temporária de suporte familiar
 - Refugiado de guerra
 - Acordo de saúde ao abrigo dos PALOP
 - Outro(s)
- Qual(s)? _____
-

5. Relação com a família biológica / alargada de origem durante o acolhimento:

- Suporte familiar regular (ex., semanal, quinzenal)
- Suporte familiar irregular
- Sem suporte familiar
- Interdição

5.1. Tipo de relação com a família biológica:

- Visitas à Instituição
- Saídas durante o dia
- Saídas aos fins-de-semana
- Saídas aos fins-de-semana e férias
- Não se aplica

Observações (escreva o que considerar pertinente relativamente ao jovem, ao nível do seu passado, suporte emocional e social – por exemplo: o jovem residiu numa família de acolhimento maltratante após a sua retirada da sua família biológica, que era negligente):

Agradecemos a sua colaboração.

ANEXO E

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÕES DE ESTILOS PARENTAIS FUTUROS

QPEPF – Questionário de Percepções acerca de Estilos Parentais Futuros

Estamos a realizar um trabalho sobre a forma como os jovens, em geral, acham que vão comportar-se quando forem pais. Mesmo que aches que não vais ser pai/mãe num futuro próximo, gostávamos muito que pensasses como é que achas que vais ser enquanto pai/mãe. Neste sentido a tua opinião, é muito importante.

Nas páginas que se seguem vais encontrar um conjunto de frases/afirmações que exemplificam o modo como as pessoas muitas vezes falam sobre como serão enquanto pais/mães; pedimos-te que respondas, para cada uma delas, com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas; o que importa é a tua opinião mais sincera e honesta.

Lembramos-te que as respostas são confidenciais, sendo preservado o teu anonimato. Podes parar a qualquer momento, apesar de só considerarmos válidos os questionários preenchidos até ao final.

Investigadora principal:

Ana Cristina Reis

(ISCTE-IUL)

Instituição ____

Jovem ____

Questionário de Percepções acerca de Estilos Parentais Futuros (QPEPF)

Adaptado de:

Versão original: Hart, Mandleco, Olsen, & Robinson (1995).

Versão Portuguesa: Carapito, Pedro, & Ribeiro (2007).

Por favor, lê cada frase do questionário e imagina que um dia serás pai/mãe: como achas que vais agir com o teu/tua filho(a)?

Para cada uma das frases/afirmações que se encontram à esquerda, coloca uma cruz (X) no quadrado que melhor traduz a tua resposta:

		Nunca	Algumas Vezes	A Metade das Vezes	Muitas Vezes	Sempre
1	Penso que serei sensível às necessidades e sentimentos do meu filho/a.					
2	Acho que vou castigar fisicamente o meu filho/a para o disciplinar.					
3	Provavelmente vou ter em conta os desejos do meu filho/a, antes de lhe pedir que faça algo.					
4	Quando o meu filho/a perguntar por que tem de obedecer, acho que dir-lhe-ei: “porque eu disse” ou “porque sou teu/tua pai/mãe e quero que o faças”.					
5	Penso que explicarei ao meu filho como me sinto quando ele/ela se comportar bem e quando se comportar mal.					
6	Acho que irei bater ao meu filho/a quando ele for desobediente.					
7	Penso que vou encorajar o meu filho/a a falar dos seus problemas.					
8	Acho que vai ser difícil disciplinar o meu filho/a.					

		Nunca	Algumas Vezes	A Metade das Vezes	Muitas Vezes	Sempre
9	Provavelmente vou dizer ao meu filho/a para exprimir as suas opiniões mesmo quando ele não concordar comigo.					
10	Penso que castigarei o meu filho/a retirando-lhe privilégios, com poucas ou nenhuma explicação.					
11	Acho que lhe irei explicar os motivos que estão por detrás das regras.					
12	Penso que vou confortar e ser compreensivo (a) quando o meu filho/a estiver “em baixo”.					
13	Quando o meu filho/a se comportar mal acho que lhe falarei alto ou irei gritar.					
14	Acho que vou elogiar o meu filho/a quando ele se comportar bem.					
15	Provavelmente vou ceder quando o meu filho/a fizer birra.					
16	Acho que vou ter explosões de raiva com o meu filho/a.					
17	Penso que vou mais vezes ameaçar o meu filho/a com castigos do que o vou realmente castigar.					
18	Talvez irei ter em conta as preferências do meu filho/a quando se fizerem planos para a família.					
19	Acho que vou agarrar o meu filho/a com força quando ele desobedecer.					
20	Penso que vou provavelmente dizer ao meu filho/a que o castigo e depois não vou cumprir.					
21	Acho que vou mostrar respeito pelas opiniões do meu filho/a e vou encorajá-lo/la a expressá-las.					
22	É possível que permita que o meu filho/a dê a sua opinião sobre as regras familiares.					
23	Provavelmente vou repreender e criticar o meu filho para o bem dele.					
24	Acho que vou estragar o meu filho com mimos.					

		Nunca	Algumas Vezes	A Metade das Vezes	Muitas Vezes	Sempre
25	Penso que explicarei ao meu filho os motivos porque deve cumprir as regras.					
26	Provavelmente usarei ameaças como castigos, dando poucas ou nenhuma explicação.					
27	É possível que vá passar momentos especiais e de afecto com o meu filho.					
28	Acho que castigarei o meu filho deixando-o sozinho e dando-lhe poucas explicações.					
29	Penso que vou ajudar o meu filho a perceber e a falar sobre as consequências do seu comportamento.					
30	É possível que repreenda ou critique o meu filho quando ele não se comportar como eu espero.					
31	Acho que explicarei as consequências do comportamento do meu filho.					
32	Penso que darei uma bofetada ao meu filho quando ele se comportar mal.					

Obrigada pela tua colaboração!

ANEXO F

CONSENTIMENTO INFORMADO DO JOVEM

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(JOVENS)

Eu, Ana Cristina Reis, aluna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), estou a realizar um estudo acerca das **percepções de jovens acerca dos seus estilos parentais futuros**, com vista à conclusão da minha Dissertação de Mestrado. A tese está a ser desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Joana Alexandre (ISCTE-IUL).

Para este efeito, gostaria de contar com a tua colaboração para este estudo, comprometendo-me desde já a respeitar as tuas opiniões. Trata-se de um estudo para fins científicos, para o qual te peço que preenchas um questionário de perguntas fechadas relativo ao que esperas ser um dia enquanto pai/mãe (Questionário de Percepções de Estilos Parentais Futuros – QPEPF).

Não te preocupes com as respostas que vais dar, uma vez que:

- Não existem respostas certas ou erradas;
- As respostas são confidenciais e sigilosas, ou seja, todos os dados fornecidos serão tratados exclusivamente pela responsável do estudo;
- Peço que respondas com sinceridade a este questionário.

Agradeço desde já, a tua disponibilidade para o preenchimento do questionário.

(Ana Reis, autora do projecto de investigação)

Se quiseres ter alguma informação futura, podes contactar-me através do email akristy19@gmail.com.

Declaro que: tenho o direito de decidir livremente aceitar ou recusar a minha participação no estudo; foi-me dado todo o tempo de que necessitei para reflectir sobre esta proposta de participação. Nestas circunstâncias, decido livremente aceitar participar neste projecto de investigação, tal como me foi apresentado.

Data: ____/_____/2011

Assinatura do(a) participante:

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO (duplicado)

(JOVENS)

Eu, Ana Cristina Reis, aluna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), estou a realizar um estudo acerca das **percepções de jovens acerca dos seus estilos parentais futuros**, com vista à conclusão da minha Dissertação de Mestrado. A tese está a ser desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Joana Alexandre (ISCTE-IUL).

Para este efeito, gostaria de contar com a tua colaboração para este estudo, comprometendo-me desde já a respeitar as tuas opiniões. Trata-se de um estudo para fins científicos, para o qual te peço que preenchas um questionário de perguntas fechadas relativo ao que esperas ser um dia enquanto pai/mãe (Questionário de Percepções de Estilos Parentais Futuros – QPEPF).

Não te preocupes com as respostas que vais dar, uma vez que:

- Não existem respostas certas ou erradas;
- As respostas são confidenciais e sigilosas, ou seja, todos os dados fornecidos serão tratados exclusivamente pela responsável do estudo;
- Peço que respondas com sinceridade a este questionário.

Agradeço desde já, a tua disponibilidade para o preenchimento do questionário.

(Ana Reis, autora do projecto de investigação)

Se quiseres ter alguma informação futura, podes contactar-me através do email akristy19@gmail.com.

Declaro que: tenho o direito de decidir livremente aceitar ou recusar a minha participação no estudo; foi-me dado todo o tempo de que necessitei para reflectir sobre esta proposta de participação. Nestas circunstâncias, decido livremente aceitar participar neste projecto de investigação, tal como me foi apresentado.

Data: ____/_____/2011

Assinatura do(a) participante:

ANEXO G

CURRICULUM VITAE



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelidos / Nomes próprios da Rocha Reis, Ana Cristina
Morada Av. Brasília, n.º 24, 5.º fte., Oeiras, 2780-207 Oeiras
Telemóveis 933254102; 964960866
Correio electrónico akristy19@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 19 de Novembro de 1977
Sexo Feminino

Experiência profissional

Data De Maio de 2011 até à presente data

Função Sócia-Fundadora da APIAF – Associação para a Inserção e Apoio Familiar

Principais actividades e responsabilidades

- Organizar todo o processo para a construção e legalização de Creche social;
- Acolher crianças de famílias carenciadas, em horário escolar;
- Orientar as famílias em termos de autonomia face ao emprego e, conseqüentemente, ao nível da inserção/reinserção profissional e social;
- Apoiar as famílias ao nível das suas competências parentais;
- Promover o mecenato social junto de empresas locais.

Nome e morada do empregador APIAF – Associação para a Inserção e Apoio familiar – Rua António Sérgio, 20, loja do r/c esq., D, Oeiras, 2780-186 Oeiras

Tipo de empresa Associação

Data	De Maio de 2009 a de Junho de 2009 e de Maio de 2010 a Junho de 2010
Função	Supervisora e Orientadora de formação em contexto de trabalho de alunas dos 10.º e 11.º anos – curso Técnico de Apoio Psicossocial
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Contactar Instituições Públicas e Particulares para a colocação das alunas em contexto de trabalho; • Supervisionar / Orientar os estágios de cada aluna em contexto de trabalho, ajudando-as a superar dificuldades, dúvidas, ansiedades; • 2009 Oradora num Seminário sobre Ética e Deontologia Profissional. • 2010 Oradora num Seminário sobre Ética e Deontologia Profissional / Preconceitos e Estereótipos
Nome e morada do empregador	Escola Profissional Val do Rio - Rua Junção do Bem, n.º 3, 2780-261 Oeiras
Tipo de empresa	Escola Profissional
Data	11 de Maio de 2001 a 01 de Março de 2011
Função	Técnica Superior de Serviço Social de 1.ª classe
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de projectos de vida das crianças e jovens; • Colaboração com os Tribunais de Família e Menores, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Equipes de Crianças e Jovens da Segurança Social; • Articulação com organismos da comunidade – ex, entidades de saúde, escolas, entidades recreativas/desportivas; • Organização do dia-a-dia da Instituição (horário do motorista, consultas médicas,...); • Participação em colónias de férias (incluindo colónias internas – Colónia O Búzio, em Albufeira); • Articulação com as famílias; • Orientação de estágios curriculares – Licenciaturas em Serviço Social (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa) e Reabilitação e Inserção Social (ISPA) e Animação Sócio Cultural (Escola Gustave Eiffel); • (...).
Nome e morada do empregador	Local: Centro de Alojamento Temporário de Tercena - Rua Comendador Álvaro Vilela n.º 23 Tercena 2730-051 Barcarena Empregador: Santa Casa da Misericórdia de Cascais – Largo da Misericórdia, 1, 2750 Cascais
Tipo de empresa	Instituição Particular de Solidariedade Social – Lar de Crianças e Jovens

Data	15 de Novembro de 2000 a 10 de Maio de 2001
Função	Técnica Superior de Serviço Social – estagiária
Principais actividades e responsabilidades	<p>Projecto de Apoio Psicossocial da Câmara Municipal da Amadora – apoio a escolas do 1.º ciclo do Concelho da Amadora. Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e acompanhamento social e sociopedagógico aos alunos e famílias; • Aconselhamento e orientação de âmbito psicossocial aos professores e às famílias; • Acções de sensibilização/prevenção destinadas aos alunos e famílias – neste âmbito foi implementado um programa de competências em aula (1 hora por semana) e sessões temáticas, no Bairro de Santa Filomena na Amadora, com as famílias (1 vez por mês); • Visitas domiciliárias; • Sinalização de menores em risco à Comissão de Protecção de Menores • (...).
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Amadora – Av. Movimento das Forças Armadas, 2700-961 Amadora
Tipo de empresa	Estabelecimento Público
Data	Outubro e Novembro de 2000
Função	Técnica Superior de Serviço Social – regime de voluntariado
Principais actividades e responsabilidades	Elaboração de um Projecto sobre prevenção de comportamentos de risco /doenças sexualmente transmissíveis, para ser implementado em escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos do Concelho da Amadora
Nome e morada do empregador	AJPAS – Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável – Estrada Militar, 23 A, 2700 Amadora
Tipo de empresa	Instituição Particular de Solidariedade Social
Data	1998 – 1999
Função	Estagiária de Serviço Social (estágio de acção) – 4.º ano curricular no âmbito do GEP (Grupo de Estudos e Práticas) de Trabalho
Principais actividades e responsabilidades	Projecto UNIVA – Unidades de Inserção na Vida Activa, cujo objectivo principal era apoiar a população na procura de emprego /formação profissional
Nome e morada do empregador	Centro Social Paroquial de Santo António de Campolide - Travessa Estêvão Pinto 15, Lisboa: 1070-124 LISBOA
Tipo de empresa	Instituição Particular de Solidariedade Social

Data	1997 – 1998
Função	Estagiária de Serviço Social (estágio de observação) – 3.º ano curricular no âmbito do GEP (Grupo de Estudos e Práticas) de Trabalho
Principais actividades e responsabilidades	Projecto ao nível do ambiente – Planeta azul, cujo objectivo principal era inculcar a responsabilidade da preservação da natureza aos jovens
Nome e morada do empregador	Moinho da Juventude – Travessa do Outeiro, 1, Alto da Cova da Moura, 2610 - 202 Buraca
Tipo de empresa	Instituição Particular de Solidariedade Social
Educação e formação	
Formação Principal – Data	1995-2000
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Serviço Social
Principais disciplinas	Serviço Social; Psicologia; Psicopatologia; Sociologia; Economia; Introdução ao Direito; Direito Penal; Direito de Família e Menores; Animação Sócio-Cultural.
	Trabalho de Investigação do 5.º ano, no âmbito do Seminário de Organizações Sociais – Espaço Mediador da Intervenção Profissional: Formação Profissional para Pessoas com Deficiência Motora: uma viagem em busca de novos horizontes?, realizado na Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), Centro de Inovação para Deficientes (CIDEF), Centro de Reabilitação Profissional Alcoitão/Ranholas (CRP – A/R), Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) e Liga Portuguesa de Deficientes Motores (LPDM), sob a orientação da Mestre Dinah Ferreira – Nota final: 17 valores
Nome e tipo da organização de ensino	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Universidade Privada
Nível	Bom

Outras formações	
Data	2009 / 2010 – Pós Graduação; 2010 / 2011 – Mestrado (actualmente)
Designação da qualificação atribuída	Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores
Principais disciplinas	1.º semestre (Setembro de 2009 a Janeiro de 2010): Métodos de Investigação em Psicologia Definição; Sinalização e Avaliação de Crianças em Situação de Mau Trato e Negligência; Avaliação e Intervenção no Abuso Sexual de Menores; Ética e Desenvolvimento Profissional; Adopção, Acolhimento Familiar e Residencial e Desenvolvimento da Criança. 2.º semestre (Fevereiro a Junho de 2010): Psicologia Comunitária; Intervenção Comunitária em Minorias Estigmatizadas; Avaliação e Intervenção com Crianças em Risco; Avaliação e Intervenção em Famílias de Risco; Programas de Intervenção Social. 3.º semestre (Setembro de 2010 a Janeiro de 2011): Métodos Avançados de Investigação em Psicologia; Promoção da Saúde e do Bem-Estar da Comunidade. 4.º semestre (Fevereiro a Junho de 2011): Análise de Dados Quantitativos
Nome e tipo da organização de ensino	ISCTE – Universidade Estatal
Data	03 de Março de 2010
Designação da qualificação atribuída	O Mundo do Idoso e o Idoso no Mundo
Nome da organização de formação	Hospital de Santa Maria
Data	21 e 22 de Maio de 2009
Designação da qualificação atribuída	Introdução à Terapia Familiar
Nome da organização de formação	ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Data	09 e 10 de Maio de 2009
Designação da qualificação atribuída	Curso Básico de Socorrismo – Socorrista certificada
Nome da organização de formação	AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional

Data	18 a 20 de Novembro de 2008
Designação da qualificação atribuída	Curso de Formação Profissional de “Para uma reflexão/Acção sobre o Acolhimento Institucional”
Nome da organização de formação	Instituto da Segurança Social
Data	22 a 23 de Outubro de 2008
Designação da qualificação atribuída	Sistema de Avaliação de Desempenho – Santa Casa da Misericórdia de Cascais
Nome da organização de formação	Reptus – Gestão e desenvolvimento de Competências, Lda.
Data	06 a 08 de Outubro de 2008 – 18 horas
Designação da qualificação atribuída	Seminário “O trabalho com as famílias e as principais questões inerentes ao trabalho individual com crianças abusadas sexualmente”
Nome da organização de formação	Casa Pia de Lisboa Orador: Professor Dr. Tilman Furniss
Data	31 de Maio de 2008
Designação da qualificação atribuída	Seminário de Formação “Abuso Sexual de Crianças: aspectos específicos na Terapia Individual e no Trabalho Familiar”
Nome da organização de formação	AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência Orador: Professor Dr. Tilman Furniss
Data	16 de Abril de 2008
Designação da qualificação atribuída	Seminário “Acção de Sensibilização para Instituições”
Nome da organização de formação	Banco Local de Voluntariado de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras
Data	09 de Fevereiro a 01 de Março de 2008 – 35 horas
Designação da qualificação atribuída	Curso de Formação de Motoristas em Transporte Colectivo de Crianças
Nome da organização de formação	Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Apta a conduzir transportes colectivos de crianças – 19 valores

Data	10 de Outubro de 2007
Designação da qualificação atribuída	Seminário “Plano Nacional de Apoio aos Menores Desacompanhados”
Nome da organização de formação	Promovido pelo Conselho Português para os Refugiados
Data	19 de Abril de 2007
Designação da qualificação atribuída	Fórum “A Minha Experiência no PIEF de Sintra”
Nome da organização de formação	Promovido pelo PEETI (Programa da Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) e pela Câmara Municipal de Sintra
Data	24 de Novembro de 2006
Designação da qualificação atribuída	Conferência Oeiras Solidária – Cidadania Empresarial e Políticas Locais
Nome da organização de formação	Promovida pela Câmara Municipal de Oeiras
Data	22 e 23 de Maio de 2006
Designação da qualificação atribuída	Encontro “Pelo sonho é que vamos”
Nome da organização de formação	Organizado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental
Data	26 de Janeiro de 2005
Designação da qualificação atribuída	Conferência marketing sustentável e com consciência
Nome da organização de formação	Promovida pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing e Cafés Delta
Data	Mai de 2004
Designação da qualificação atribuída	Conferência “Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças”
Nome da organização de formação	Promovida pelo Instituto de Apoio à Criança

Data	20 de Maio a 12 de Junho de 2002 – 30 horas
Designação da qualificação atribuída	Curso de Motivação e Dinâmica de Grupos
Nome da organização de formação	SOCAUDI – Sociedade Portuguesa de Consultoria e Auditoria Lda.
Data	01 e 02 de Março de 2001
Designação da qualificação atribuída	Conferência Internacional sobre Mau trato e Abusos Sexuais a Menores
Nome da organização de formação	Promovida pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais
Data	16 de Fevereiro de 2001
Designação da qualificação atribuída	Conferência “Das casas de chuto à prevenção da Toxicoddependência”
Nome da organização de formação	Organizada pela Revista Saúde e Lar
Data	12 e 13 de Outubro de 2000
Designação da qualificação atribuída	Primeiras Jornadas de Serviço Social do Hospital de São Francisco Xavier – Saúde e Comunidade
Nome da organização de formação	Organizadas pela equipe de Serviço Social do Hospital de São Francisco Xavier
Data	29,30 e 31 de Maio, de 2000
Designação da qualificação atribuída	II Conferência: Saúde Mental e Desenvolvimento Comunitários
Nome da organização de formação	Organizada pela Licenciatura de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada)
Data	09 de Maio de 2000
Designação da qualificação atribuída	Conferência Territórios de Exclusão
Nome da organização de formação	Organizada pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Data	22 de Março de 2000
Designação da qualificação atribuída	Conferência Cidadania e Direitos Humanos
Nome da organização de formação	Organizada pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
Data	1999
Designação da qualificação atribuída	I Conferência: Saúde Mental e Desenvolvimento Comunitários – 31 de Maio, 01 e 02 de Junho de 1999
Nome da organização de formação	Organizada pela Licenciatura de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada)
Data	1998
Designação da qualificação atribuída	3.º Congresso Internacional “Refugiados e Direitos Humanos” - 02 e 03 de Dezembro de 1998
Nome da organização de formação	Promovido Conselho Português para os Refugiados (CPR), com a cooperação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
Data	04 a 23 de Outubro de 1997
Designação da qualificação atribuída	Curso de formação de voluntários de apoio a doentes com VIH/SIDA e seus familiares – duração total de 30 horas
Nome da organização de formação	AJPAS – Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável
Aptidões e competências pessoais	
Língua materna	Português
Outra língua	Inglês
Aptidões e competências sociais	Facilidade em comunicar, trabalhar em equipa, facilidade na resolução de conflitos, argumentação, assertividade
Aptidões e competências de organização	Competências em organizar eventos , adquiridas enquanto membro da Associação de Estudantes do ISSSL e enquanto técnica do Centro de Alojamento Temporário de Tercena

Aptidões e competências informáticas	Informática na óptica do utilizador
Outras aptidões e competências	<p>1996-1998 – Membro da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Núcleo de Direitos Humanos. Organização de dois seminários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1997 – As Cores do Mundo – convidados: SOS Racismo, Obra Nacional Pastoral dos Ciganos e Frente Anti-Racista • 1997 – SIDA – convidado: AJPAS (Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável) <p>1997 – 1998 – Voluntariado ao nível do apoio a seropositivos no Hospital Amadora-Sintra</p> <p>1996 – 1997 – Voluntariado ao nível de apoio a crianças na Instituição Florinhas da Rua</p>
Carta de condução	L 1665097 1, emitida a 06 de Agosto de 1998 pela DGV – Direcção Geral de Viação de Lisboa
Informação adicional	<p>Gosto da prática desportiva (natação, ski, várias actividades desportivas de ginásio, entre outros); Interesse na escrita e leitura; Interesse em viajar; Preocupação pelo ambiente.</p>